

PUBLICIDADE LEGAL

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.

CNPJ/MF nº 90.441.460/0001-48 - NIRE 43.300.044.513-RS

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam os senhores acionistas da Unicasa Indústria de Móveis S.A. ("Companhia" ou "Unicasa") convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada, em primeira convocação, no dia 29 de abril de 2026, às 10:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por meio da plataforma Microsoft Teams ("Sistema Eletrônico" ou "Plataforma Digital") ("AGO" ou "Assembleia"), com a finalidade de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **Em Assembleia Geral Ordinária:** 1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; 2) A destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; 3) Definir o número de membros do Conselho de Administração a serem eleitos, observado o limite estatutário; 4) Eleger os membros do Conselho de Administração para um mandato de dois anos e designar aqueles que ocuparão as funções de Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração; 5) A caracterização dos membros independentes do Conselho de Administração; e 6) Fixar a remuneração global dos Administradores para o exercício social de 2026. **Informações Gerais:** A Companhia informa que a AGO será realizada de modo exclusivamente digital, nos termos do artigo 124, §2º-A, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), podendo os acionistas participarem e votarem por meio (i) do sistema eletrônico a ser disponibilizado pela Companhia, conforme as orientações constantes abaixo neste Edital e na Proposta da Administração (abaixo definido); ou (ii) exercer o direito de voto mediante uso do boletim de voto a distância ("Boletim de Voto"), de acordo com a Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81/22" ou "RCVM 81/22"), sendo que para o Boletim de Voto produzir efeitos este deverá ser recebido (nas formas indicadas abaixo e constantes na Proposta da Administração) pela Companhia até **25 de abril de 2026 (inclusive)**, ou seja 4 (quatro) dias antes da Assembleia. O acionista, que desejar, poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio do sistema de votação a distância, nos termos da referida Resolução CVM 81/22, enviando o correspondente Boletim de Voto por meio de seu respectivo agente de custódia, do depositário central, da instituição financeira responsável pela escrituração das ações ordinárias da Companhia ("Escriturador") ou diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes neste Edital e na proposta da administração e nas orientações para participação na AGO da Unicasa ("Proposta da Administração" e "Manual de Participação", respectivamente) até a data de **25 de abril de 2026 (inclusive)**. **Se os Boletins de Voto forem recebidos após o dia 25 de abril de 2026, os votos não serão computados.** Conforme disposto no artigo 6º, §3º, da Resolução CVM 81/22, os acionistas que pretendam participar e votar na AGO por meio do Sistema Eletrônico (e sem a utilização do boletim de voto a distância), deverão enviar solicitação à Companhia, juntamente com a prova de sua qualidade como acionista, documento de identidade e comprovante expedido pela instituição depositária contendo a respectiva participação acionária, pelo e-mail dri@unicasamoveis.com.br, até às 17:00 horas do dia **27 de abril de 2026**. Os acionistas representados por procuradores deverão exibir as procurações até o mesmo momento e, pelo mesmo meio antes referido. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá, **até às 17h do dia 28 de abril de 2026** impreterivelmente, seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para o cadastro. Caso o acionista não receba um e-mail com a confirmação do cadastro ou do **upload** dos documentos obrigatórios em até 24 horas após o envio - exceto nos cadastros realizados aos finais de semana, quando a confirmação será verificada no dia útil seguinte -, o acionista deverá entrar em contato com o departamento de Relações com Investidores da Companhia por meio de endereço de e-mail dri@unicasamoveis.com.br com até 24 horas de antecedência da AGO (ie., até às 10:00hrs do dia **28 de abril de 2026**). **Não poderão participar da AGO os acionistas que não se cadastrarem ou não enviarem os documentos obrigatórios para sua participação na AGO até às 10:00hrs do dia 28 de abril de 2026.** Informações detalhadas sobre a participação do acionista diretamente, por seu representante legal ou procurador devidamente constituído, bem como as regras e procedimentos para participação e/ou votação a distância na AGO, inclusive orientações para envio do(s) Boletim(ns) de Voto e ainda, orientações sobre acesso à Plataforma Digital e regras de conduta a serem adotadas na Assembleia constam da Proposta da Administração e no Manual de Participação. **Em cumprimento ao previsto no artigo 161, §2º da Lei das S.A., em conjunto com a RCVM 81/22 e artigo 4º da Resolução CVM 70/22, informamos que o percentual mínimo de participação no capital social votante da Companhia, necessário ao pedido de instalação do Conselho Fiscal, é de 4% (quatro por cento) do capital social votante da Companhia. Ademais, em cumprimento ao artigo 5º, I, da RCVM 81/22, ao artigo 3º da Resolução CVM 70/22 e para os fins do artigo 141 da Lei das S.A., informamos que o percentual mínimo de participação no capital votante da Companhia necessário para requisição do processo de voto múltiplo para eleição do Conselho de Administração da Companhia é de 5% (cinco por cento).** A Proposta da Administração e o Manual de Participação na AGO, nos termos previstos na Resolução CVM 81/22, os documentos a ela relativos estão à disposição dos acionistas na sede social da Companhia e nos websites da CVM - Comissão de Valores Mobiliários (<http://www.cvm.gov.br>), da B3 - Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>), e de Relações com Investidores da Unicasa (<http://ri.unicasamoveis.com.br>), sendo certo que caso os acionistas tenham quaisquer dúvidas em relação aos procedimentos para participação na AGO virtual estes devem entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores da Companhia por meio do e-mail dri@unicasamoveis.com.br ou do telefone 54 3455 4425. Bento Gonçalves, RS, 30 de março de 2026. **Gelson Luis Rostrolla** - Presidente do Conselho de Administração.

O conteúdo confiável
do JC, em uma experiência
mais **moderna e intuitiva.**



Escaneie
e baixe agora



Jornal do Comércio

O jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL

REFINARIA DE PETRÓLEO RIOGRANDENSE S.A.
COMPANHIA FECHADA
 CNPJ/MF n.º 94.845.674/0001-30 NIRE n.º 43-3-0000283 7

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

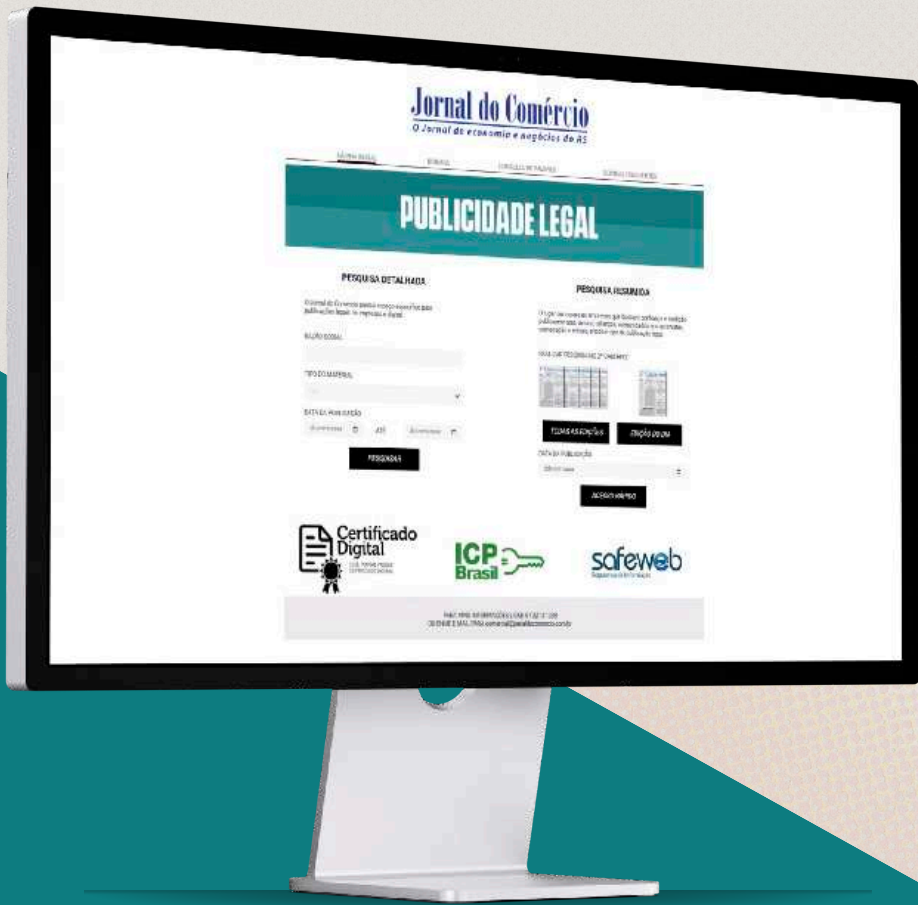
O Presidente do Conselho de Administração da Refinaria Petróleo Riograndense S.A., pelo presente, convoca os Srs. Acionistas a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia") da Refinaria de Petróleo Riograndense S/A ("Companhia"), que se realizará no dia 30 de abril de 2026, às 09 horas, na modalidade **exclusivamente digital**, nos termos do art. 124, §2º-A, da Lei nº 6.404/76 e da regulamentação aplicável e, apenas para fins legais, na sede social da Companhia, situada na Rua Engenheiro Heitor Amaro Barcellos, n.º 551, na Cidade do Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, para deliberar sobre a seguinte **Ordem do dia**:

- 1) Exame, discussão e votação do relatório da administração, das contas dos administradores, das demonstrações financeiras e do balanço patrimonial, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, e deliberação sobre destinação de resultados; e
- 2) Fixação do montante de remuneração global anual para os administradores da Companhia;

Participação na Assembleia:
 A Assembleia acontecerá de forma exclusivamente digital, mediante participação e votação à distância, através da plataforma Microsoft Teams, conforme autorizado pela Lei nº 6.404/76, art. 124, §2º-A, e observado o regulamento disposto na IN 81/2020-DREI. Todas as orientações necessárias para acesso, participação, e votação à distância estarão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: http://www.refinariograndense.com.br/uploads/demonstrativo_arquivo/InstrucaoAGO_2026.pdf. Os Acionistas, para participarem da presente Assembleia, poderão apresentar documento de identificação e extrato emitido em até 02 (dois) dias úteis antecedentes à realização da Assembleia, contendo a respectiva participação acionária, fornecida pelo órgão custodiante.

Nos termos do artigo 126, § 1º, da Lei nº 6.404/76, os Acionistas poderão ser representados na Assembleia por um procurador constituído há menos de 01 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, sendo necessária a apresentação do respectivo instrumento de mandato com reconhecimento de firma do outorgante, o qual deverá ser depositado na sede social da Companhia ou enviado através do e-mail elisa.gayer@refinariograndense.com.br, até às 09 horas do dia 28 de abril de 2026, sob pena do procurador não poder exercer o mandato.

Rio Grande, 20 de abril de 2026.
JORGE MARQUES DE TOLEDO CAMARGO
 Presidente do Conselho de Administração



PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA E LOCAL CERTO PARA SER PUBLICADA

O 2º Caderno é publicado diariamente no digital e no impresso.
 Tradição / Credibilidade / Tecnologia

Jornal do Comércio
 O jornal de economia e negócios do RS



Acesse o QR Code e anuncie no JC



Sede / Rio Grande do Sul (RS) - CNPJ nº 95.622.585/0001-98 - Reg. no CNSS (CNAS) sob nº 110.556/62
 Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS - Portaria do MEC nº 25, de 05/02/2020

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SRAS. ASSOCIADAS: Submetemos a apreciação de V. Sas. o Balanço Geral e as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2025, com o parecer do Conselho Fiscal e o Relatório do Auditor Independente, demonstrando os fatos relevantes do período. A Diretoria permanece à sua disposição para quaisquer informações que julgarem necessárias.

Santa Maria, 31 de dezembro de 2025. A Diretoria.

BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (em reais)

Ativo	Nota	ATIVIDADES SEGREGADAS			CONSOLIDADO		Passivo Circulante	Nota	ATIVIDADES SEGREGADAS			CONSOLIDADO	
		Educação	Social	Ativ. Sust.	2025	2024			Educação	Social	Ativ. Sust.	2025	2024
Ativo Circulante	4						4,h						
Caixa e Equivalentes de Caixa	4,a,b												
Caixa		1.515,87	855,70	8,28	2.379,85	2.778,69							
Banco Conta Corrente sem Restrição		-	60,00	3.608,11	3.668,11	953,57							
Banco Conta Corrente com Restrição		-	14,87	-	14,87	40,00							
Banco Aplic. Financeiras sem Restrição		48.876,94	3.619,93	4.993.991,33	5.046.488,20	5.932.192,65							
Banco Aplic. Financeiras com Restrição		-	214.264,32	-	214.264,32	17.368,65							
Titulos de Capitalização sem Restrição		-	-	-	56.430,82	46.775,74							
Recebíveis de Clientes e Outros Recebíveis		50.392,81	218.814,82	5.054.038,54	5.323.246,17	6.000.109,30							
Contribuições Escolares a Receber	4,c	716.999,29	-	-	716.999,29	824.476,99							
Subvenções Com Restrição a Receber	15	-	30.720,67	-	30.720,67	2.010,00							
(-) Perdas Estimadas s/ Créditos Liquidação Duvidosa													
Duvidosa	4,d	(557.132,69)	-	-	(557.132,69)	(692.885,72)							
Adiantamentos		17.130,27	13.301,88	-	30.432,15	79.751,05							
Despesas Antecipadas	6	-	-	1.957,26	1.957,26	2.047,49							
Outros Valores a Receber	6	-	-	229.675,78	229.675,78	14.761,40							
Total Ativo Circulante		176.996,87	44.022,55	231.633,04	452.652,46	230.161,21							
Total Ativo Não Circulante	4o	227.389,68	262.837,37	5.285.671,58	5.775.898,63	6.230.270,51							
Realizável a Longo Prazo													
Contas a Receber		-	-	40.000,00	40.000,00	60.000,00							
Propriedades para Investimentos	7												
Imóveis		-	-	2.507.479,54	2.507.479,54	3.283.164,54							
Obras em Andamento		-	-	-	-	59.569,42							
(-) Depreciação Acumulada	4,e	-	-	(398.488,41)	(398.488,41)	(453.552,00)							
Imobilizado/Intangível	8												
Imóveis	4,f	12.639.700,05	1.511.898,51	3.511.617,84	17.663.216,40	17.663.216,40							
Obras em Andamento	4,g	2.693.553,74	28.350,01	94.101,01	2.816.004,76	1.214.185,84							
Motores e Aparelhos	4,f	443.681,25	18.006,00	43.562,47	505.249,72	447.954,17							
Móveis e Utensílios	4,f	255.327,93	5.900,00	128.306,02	389.533,95	355.722,60							
Veículos	4,f	-	75.913,54	-	75.913,54	75.913,54							
Direitos		12.010,00	-	-	12.010,00	12.010,00							
(-) Depreciação/Amortização Acumulada	4,e	(2.682.249,16)	(280.139,04)	(567.956,78)	(3.530.344,98)	(3.318.923,80)							
Total Ativo Não Circulante		13.362.023,81	1.359.929,02	5.358.621,69	20.080.574,52	19.399.260,71							
Total do Ativo		13.589.413,49	1.622.766,39	10.644.293,27	25.856.473,15	25.629.531,22							

*As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (EM REAIS)

	Patrimônio Social	Resultado do Período	Ajuste Av. Patrimonial	Realização do AAP	Patrimônio Líquido Total
Saldo em 31/12/2023	18.847.890,29	(57.126,57)	5.566.126,42	92.039,52	24.448.929,66
Incorporação resultado Ex/2023 ao PS Superávit do Período 2024	(57.126,57)	57.126,57	-	(92.039,52)	(92.039,52)
Real. Ajuste Aval.Patrimonial	184.079,04	-	(92.039,52)	-	92.039,52
Saldo em 31/12/2024	18.974.842,76	690.034,62	5.474.086,90	-	25.138.964,28
Incorporação resultado Ex/2024 ao PS	690.034,62	(690.034,62)	-	-	-
Deficit do Período 2025	-	(73.826,48)	-	-	(73.826,48)
Real. Ajuste Aval.Patrimonial	264.665,63	-	(264.665,63)	0	-
Saldo em 31/12/2025	19.929.543,01	(73.826,48)	5.209.421,27	-	25.065.137,80

*As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31/12/2025 E 31/12/2024

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL - A SOCIEDADE ASSISTENCIAL E EDUCATIVA MÃE ADMIRÁVEL - SAEMA é associação, de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, beneficente, de natureza educacional, assistencial, científica e cultural. Possui sua área de atuação preponderante na educação e sua área de atuação secundária é cultural, social e científica, conforme os artigos 1º, 5º (incisos I, II, III, IV, V) e 6º do seu Estatuto Social. É detentora do Título de Utilidade Pública Estadual Decreto nº 21.712 de 04/05/1972, Utilidade Pública Municipal Lei nº 1.315, de 19/04/1968, inscrita no Conselho Estadual de Educação sob nº 141, no Conselho Municipal de Assistência Social sob nº 043, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente sob nº 103, com Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), renovado pelo MEC pela Portaria nº 25, publicado no Diário Oficial da União em 05/02/2020, vigência: 31/12/2015 a 30/12/2018, os processos de renovação dos triênios: 31/12/2018 a 30/12/2021 foi encaminhado tempestivamente conforme processo nº 23000.011251/2021-58 ao Ministério da Educação e encontra-se sob análise e o processo de renovação do triênio 31/12/2021 a 30/12/2024 foi encaminhado tempestivamente conforme processo nº 24000.016213/2024-34 ao Ministério da Educação e encontra-se sob análise e tem como finalidade estatutária, conforme artigo 5º: I. manter a educação básica, formada pela Educação Infantil – creche e pré-escola, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Superior, Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional Técnica de Nível Médio; II. proporcionar ao educando o desenvolvimento que lhe assegure a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e estudos posteriores; III. capacitar o aluno de nível médio, com conhecimentos técnicos, teóricos e práticos nas diversas atividades, oportunizando acesso no mercado de trabalho, além da perspectiva de habilitação, qualificação e ou inserção no setor produtivo; IV. educar as crianças, adolescentes, com programação integrada de laser, esporte, convivência e bem estar; V. promover uma educação geradora de autonomia intelectual de vida, criativa e participativa, com responsabilidade social; VI. desenvolver a gestão pedagógica interativa, norteada pelos princípios cristãos, éticos, educacionais, sociais no compromisso com a comunidade, especialmente com a família; VII. formar cidadãos nas diferentes áreas do conhecimento, conscientes do compromisso e participação no desenvolvimento da sociedade; VIII. oferecer bolsas de estudo, através de gratuidades integrais e parciais, de acordo com o nível de carência do aluno e das normas vigentes no País; IX. ser um espaço de fortalecimento da mística, dos valores éticos, da espiritualidade e da cidadania, como vivência e manifestação do Amor Divino; X. desenvolver projetos de Proteção Social, visando o resgate da cidadania, a dignidade humana e a inclusão social; XI. desenvolver projetos de proteção social para pessoas idosas, visando a qualidade de vida saudável; XII. desenvolver projetos, programas e serviços socioassistenciais conforme a legislação em vigor.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Na elaboração das demonstrações contábeis de 2025 e 2024, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução CFC nº 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução CFC nº 1.376/11 (NBC TG 26 – R5), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Entidades sem Fins Lucrativos, e especialmente pela ITG 2000 – R1, que estabeleceu novos critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucro. A aprovação da autorização das demonstrações contábeis do exercício 2025 comparativas ao exercício de 2024 da SAEMA (despesas previstas e realizadas), foram aprovadas na Assembleia da Entidade realizada no dia 14 de janeiro de 2026.

NOTA 03 – FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL, RESOLUÇÃO CFC Nº 1.330/11 (ITG 2000 – R1) - A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no SPED – Sistema Público de Escrituração Digital. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiem ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”. A entidade mantém em seu arquivo e em boa ordem a documentação contábil.

NOTA 04 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

a) Caixa e Equivalentes de Caixa: Conforme determina a Resolução do CFC nº 1.296/10 (NBC – TG 03- R3) – Demonstração dos Fluxos de Caixa e Resolução do CFC nº 1.376/11 (NBC – TG 26 – R5) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor. **b) Aplicações de Liquidez Imediata:** As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço. **c) Ativo circulante – Contas a receber (Recebíveis de Clientes e Outros Recebíveis)** - As contas a receber (recebíveis de clientes e outros recebíveis) são registradas pelo valor faturado. **d) Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD):** Esta perda estimada foi constituída em montante considerado suficiente pelo Comitê de Finanças de Entidade para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. Esta perda estimada, no percentual de 1% (um por cento), foi calculada seguindo os critérios estabelecidos pela Entidade (média de inadimplência dos últimos três anos), e assim atendendo a ITG 2002 – R1 em seu item 14. **e) Depreciações:** Foram calculadas com base na revisão da vida útil dos bens, conforme Nota Explicativa nº 07 e 08, levando em conta a vida útil econômica dos bens. **f) Imobilizado** – Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota 08 e leva em consideração o tempo de vida útil e utilização dos bens (Resolução CFC nº 1.177/09 – NBC – TG 27 – R4). Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. **g) Obras em Andamento:** As construções em andamento são constituídas pelo custo do projeto, mão-de-obra e aquisições de materiais. **h) Passivo Circulante:** Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. – **Provisões** – Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido. **i) Prazos:** Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes. **j) Provisão de Férias e Encargos:** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. **k) Provisão de 13º Salário e Encargos:** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço. **l) As Despesas, os custos e as Receitas:** Estão apropriadas obedecendo ao Princípio/Regime da competência. **m) Apuração do Resultado:** O resultado foi apurado segundo o Princípio/Regime da Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato – valores recebidos ou a receber), e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado. **n) Estimativas contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do Ativo imobilizado e Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. **o) Aplicações de Longo Prazo (Não Circulante):** A aplicação financeira foi realizada em investimentos com rentabilidade de longo prazo, sem restrições: obteve-se rentabilidade positiva no período de 2025, ano em que o capital esteve aplicado.

NOTA 05 – MUDANÇAS ESTIMATIVAS CONTÁBEIS - Conforme determinação da Resolução CFC Nº 1.177/09 (NBC TG 27 – R4), a Entidade revisou suas taxas de depreciação de acordo com a vida útil e utilização dos bens. Em caso de alteração, conforme prevista na Resolução CFC Nº 1.179/09 (NBC TG 23 – R2) – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro, será considerado uma mudança de estimativa contábil prospectiva (vida útil de um ativo depreciável ou no padrão esperado de consumo dos futuros benefícios desse tipo de ativo), afetando a depreciação do período corrente e de cada um dos períodos futuros durante a vida útil remanescente do ativo.

NOTA 06 – OUTROS ATIVOS CIRCULANTES (OUTROS VALORES A RECEBER) - Este grupo é composto pelos seguros contratados

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO Exercícios findos em 31 de dezembro (em reais)

Receita Bruta	Nota	ATIVIDADES SEGREGADAS			CONSOLIDADO		(-) Deduções	Nota	ATIVIDADES SEGREGADAS			CONSOLIDADO	
		Educação	Social	Sustentáveis	2025	2024			Educação	Social	Sustentáveis	2025	2024
Receita Bruta	4,1	3.658.483,62	458.621,31	1.285.632,34	5.402.737,27	5.609.803,73							
Encargos Educacionais	16	3.599.995,77	-	-	3.599.995,77	3.596.506,76							
Outros Serviços Educacionais	16	20.292,95	-	-	20.292,95	2.249,00							
Trabalhos de Secretaria	16	-	-	-	-	137,00							
Juros e Multas Recebidos		8.916,05	-	-	8.916,05	25.117,06							
Descontos Obtidos		8.956,92	0,05	-	8.956,97	13.053,32							
Doações Recebidas sem restrição	16,d	1.000,00	20.000,00	-	21.000,00	126.625,12							
Doações de Associações sem restrição	16,d	-	-	162.724,21	162.724,21	499.289,81							
Receitas com Subvenções com Restrição	15, 16	-	337.971,49	-	337.971,49	282.219,86							
Receitas com Projetos com Restrição	16	-	55.002,34	-	55.002,34	15.000,00							
Rendimento de Aplicações Financeiras	16	645,64	118,22	815.843,62	816.607,48	707.220,26							
Participação em Feiras e Eventos	16	-	45.529,21	-	45.529,21	54.192,48							
Receitas de Aluguéis	17	-	-	307.064,51	307.064,51	257.437,84							
Recuperação de Despesas	16	18.676,29	-	-	18.676,29	30.755,22							
(-) Deduções		(1.013.566,22)	-	(2.007,90)	(1.015.574,12)	(1.103.027,66)							
(-) Descontos Financeiros Concedidos	37	(332.801,02)	-	(2.007,90)	(334.808,92)	(429.654,14)							
(-) Bolsas de Estudo 100%	33	(367.489,00)	-	-	(367.489,00)	(413.686,00)							
(-) Bolsas de Estudo 50%	33	(307.795,75)	-	-	(307.795,75)	(253.505,00)							
(-) Cancelamento de Encargos Educacionais		(5.480,45)	-	-	(5.480,45)	(6.182,50)							
Receita Líquida		2.644.917,40	458.621,31	1.283.624,44	4.387.163,15	4.506.776,07				</			

»»» Continuação »»»

SOCIEDADE ASSISTENCIAL E EDUCATIVA MÃE ADMIRÁVEL - SAEMA

Sede / Rio Grande do Sul (RS) - CNPJ nº 95.622.585/0001-98
Reg. no CNSS(CNAS) sob nº 110.556/62 Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - Portaria do MEC nº 25, de 05/02/2020

NOTA 08 – ATIVO NÃO-CIRCULANTE – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL. - Os ativos Imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação ou amortização do período, originando o valor líquido contábil. Os bens pertencentes ao ativo imobilizado desativados durante o ano de 2025 foram baixados do sistema patrimonial e na contabilidade. Estes valores foram lançados na conta de Perdas na alienação do imobilizado. O valor de recuperação dos bens e direitos do imobilizado e intangível são periodicamente avaliados para que se possa efetuar o registro de perdas potenciais ou uma revisão dos critérios das taxas de depreciação com a finalidade de atender a Lei nº 11.638/07, Resolução do CFC No. 1.177/2009 (NBC TG 27 – R4 e Resolução do CFC nº 1.330/10 (ITG 2000 – R1). No ano de 2024, a Entidade revisou os percentuais de depreciação dos bens do imobilizado, com base e sua estimativa de vida útil. A metodologia utilizada seguiu os princípios aprovados pelas Normas ABNT que tratam da avaliação de bens e determinação da vida útil: ABNT nº 14.653-1 – Procedimento Gerais; ABNT nº 14.653-2 – Imóveis Urbanos; e ABNT nº 14.653-5 – Máquinas e Equipamentos e Outros Bens. É demonstrado nos quadros abaixo, os valores de custo deduzido de depreciação, do ativo imobilizado e intangível no ano de 2025, conforme segue:

ÁREA EDUCACIONAL - EM 31/12/2025				
IMÓVEIS	TX DEPREC. ANUAL MÉDIA S/RESIDUAL	CUSTO (R\$)	DEPRECIACÃO ACUMULADA (R\$)	VALOR CONTÁBIL (R\$)
TERRENOS	-	3.652.520,00	0	3.652.520,00
PREDIOS	1,45%	8.981.750,05	2.131.424,29	6.850.325,76
OBRAS EM ANDAMENTO	-	2.693.553,74	0	2.693.553,74
TOTAL		15.327.823,79	2.131.424,29	13.196.399,50

BENS	TX DEPREC. ANUAL MÉDIA S/RESIDUAL	CUSTO (R\$)	DEPRECIACÃO/ AMORTIZAÇÃO (R\$)	VALOR CONTÁBIL (R\$)
COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	20%	211.035,79	188.989,75	22.046,04
MAQUINAS EM GERAL	10%	16.413,79	11.967,30	4.446,49
APARELHOS EM GERAL	10%	216.231,67	131.567,34	84.664,33
MOBILIA EM GERAL	10%	220.310,33	178.145,96	42.164,37
MATERIAL DID. LABORATORIO	10%	26.937,60	15.540,25	11.397,35
INSTRUMENTOS MUSICAIS	10%	1.280,00	1.280,00	0,00
UTENSÍLIOS DE CULTO E ARTE	20%	6.800,00	6.800,00	0,00
INSTALAÇÕES E BENEFICÍARIAS	10%	5.430,00	5.430,00	0,00
SOFTWARES	10%	12.010,00	11.421,71	588,29
TOTAIS		716.449,18	551.142,31	165.306,87

ÁREA SOCIAL - EM 31/12/2025				
IMÓVEIS	TX DEPREC. ANUAL MÉDIA S/RESIDUAL	CUSTO (R\$)	DEPRECIACÃO ACUMULADA (R\$)	VALOR CONTÁBIL (R\$)
PREDIOS	1,45%	1.511.898,51	184.326,64	1.327.571,87
OBRAS EM ANDAMENTO	-	28.350,01	0,00	28.350,01
TOTAIS		1.540.248,52	184.326,64	1.355.921,88

BENS	TX DEPREC. ANUAL MÉDIA S/RESIDUAL	CUSTO (R\$)	DEPRECIACÃO/ AMORTIZAÇÃO (R\$)	VALOR CONTÁBIL (R\$)
COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	20%	6.408,00	6.408,00	0,00
MAQUINAS EM GERAL	10%	1.320,00	319,00	1.001,00
APARELHOS EM GERAL	10%	10.278,00	7.271,86	3.006,14
MOBILIA EM GERAL	10%	5.900,00	5.900,00	0,00
VEICULOS	28,92%	75.913,54	75.913,54	0,00
TOTAIS		99.819,54	95.812,40	4.007,14

ATIVIDADES SUSTENTÁVEIS - EM 31/12/2025				
IMÓVEIS	TX DEPREC. ANUAL MÉDIA S/RESIDUAL	CUSTO (R\$)	DEPRECIACÃO ACUMULADA (R\$)	VALOR CONTÁBIL (R\$)
TERRENOS	-	627.081,60	0	627.081,60
PREDIOS	1,45%	2.883.936,24	401.557,38	2.482.378,86
OBRAS EM ANDAMENTO	-	94.101,01	0	94.101,01
TOTAL		3.605.118,85	401.557,38	3.203.561,47

BENS	TX DEPREC. ANUAL MÉDIA S/RESIDUAL	CUSTO (R\$)	DEPRECIACÃO/ AMORTIZAÇÃO (R\$)	VALOR CONTÁBIL (R\$)
COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	20%	14.113,47	8.044,38	6.069,09
MAQUINAS EM GERAL	10%	2.165,00	2.165,00	0,00
APARELHOS EM GERAL	10%	27.284,00	27.284,00	0,00
MOBILIA EM GERAL	10%	111.081,02	111.081,02	0,00
INSTRUMENTOS MUSICAIS	10%	6.890,00	6.890,00	0,00
UTENSÍLIOS DE CULTO E ARTE	20%	10.335,00	10.335,00	0,00
INSTALAÇÕES E BENEFICÍARIAS	10%	600,00	600,00	0,00
TOTAIS		172.468,49	166.399,40	6.069,09

NOTA 09 - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS - As obrigações sociais foram cumpridas no prazo.
NOTA 10 – OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (Passivo Circulante) - Estão representadas pelo seu valor nominal, original e representa o saldo credor de Contribuições Previdenciárias e Tributárias, Salário a Pagar, Provisões Trabalhistas e seus encargos, Contas a Pagar Com Restrição e Sem Restrição, Fornecedores a Pagar, Subvenções a Realizar Com Restrição, Projetos a Realizar Com Restrição e Receitas Antecipadas.

NOTA 11 – RECEITAS ANTECIPADAS (Passivo Circulante) - Refere-se a valores que foram transferidos para o Passivo Circulante, conta Receitas Antecipadas, que engloba as receitas de encargos educacionais de 2026, efetivamente recebidas em 2024, sendo que já estão deduzidos dos custos e despesas correspondentes (incorridas). Tais receitas e despesas do exercício de 2026, não possuem qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da Entidade.

NOTA 12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO - O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, diminuído dos déficits ocorridos, ajustes de avaliação patrimonial e o Superávit Acumulado considerado, enquanto não computados no resultado do período em obediência ao princípio/regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação e preço de mercado, na oportunidade. Em consonância com a Resolução CFC nº 1.159 (CTG 2000) e a Lei 11.638/07 a conta Ajuste de Avaliação Patrimonial faz parte do Patrimônio Líquido como um grupo especial, uma vez que os valores nela contabilizados não transitaram pelo resultado e são oriundos de aumento de valores atribuídos a elementos do ativo e passivo, em decorrência de sua avaliação a preços de mercado, na oportunidade. O saldo da conta de ajuste de Avaliação Patrimonial é baixado progressivamente pelo Custo da Depreciação do Imobilizado correspondente, pela venda do bem e após autorização da Assembleia, quando se tratar de ajuste com saldo devedor e imóveis que não sofrem depreciação, tendo como contrapartida o Patrimônio Social.

NOTA 13 - REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS - A Entidade contratou uma empresa especializada para revisar o valor contábil líquido dos ativos em relação ao seu valor justo com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, conforme previsto na Lei No. 11.638/07, Resolução CFC nº 1.292/10 que aprova (NBC TG 01-R4). Quando tais evidências são identificadas, o que não foi o caso em 2025, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. A empresa, para efetuar esse teste, avaliou se existe alguma desvalorização dos ativos utilizados como indicações à análise das principais fontes externas e internas que possam interferir na recuperabilidade dos ativos operacionais da Entidade e, assim, desenvolvendo uma análise da evolução dos principais indicadores de geração de Receita, Caixa, Crescimento e Retorno de Investimentos dos exercícios de 2023 e 2024, mais o exercício em curso (2025). Concluiu-se que ambos os métodos e/ou critérios (pelo valor líquido de venda e valor líquido de uso) utilizados demonstraram que o valor líquido contábil está a menor que o valor justo estimado, e por este motivo não é necessário qualquer lançamento contábil para redução dos valores contabilizados, e assim não foi necessário constituir provisões para recuperação de ativos imobilizado e intangível do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

NOTA 14 - AJUSTE A VALOR PRESENTE (Resolução do CFC No. 1.151/09) - Em cumprimento a Resolução CFC nº 1.151/09 (NBC TG 12) e a Lei 11.638/07 a Entidade não efetuou o ajuste de valor presente das contas de Ativos e Passivos Circulantes (saldos de curto prazo), pois a sua Administração entendeu que tais fatos não representam efeitos relevantes. Ainda em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa o valor de um direito ou obrigação descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisarmos os saldos contábeis (operações e/ou critério da essência sobre a forma) dos itens que estão compondo os ativos e passivos não-circulantes da Entidade, a Administração entendeu que não foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente, pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não-circulante) não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução CFC nº 1.151/09, que aprova NBC TG 12.

NOTA 15 – SUBVENÇÕES E/OU CONVÊNIOS PÚBLICOS RESOLUÇÃO CFC nº 1.305/10 (NBC TG 07 – R2). - São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o Estatuto Social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de suas subvenções governamentais atendeu a Resolução CFC nº 1.305/10 (NBC TG 07 – R2). A entidade recebeu no decorrer do período as seguintes subvenções com Restrição do Poder Público Municipal e de Entidade Cooperativa Financeira:

Exercício	Concedente	Nº Convênio	Vi. Recebido (R\$)	Vi. Realizado (R\$)
2025	Governo Municipal	49/2024	32.000,00	4.775,95
2025	Governo Municipal	47/2024	38.000,00	7.991,69
2025	Governo Municipal	16/2024	30.000,00	5.738,50
2025	Governo Municipal	31/2025	94.898,00	87.518,00
2025	Governo Municipal	36/2025	362.000,00	154.000,00
2025	Governo Municipal	24/2025	98.540,67	88.460,00
2025	Fundo Social Sicredi	-	15.000,00	15.000,00
2025	FNS CNBB	288/2025	40.002,34	40.002,34
2025	Governo Federal	977753	203.289,83	0,00
	Total Geral	-----	719.430,84	403.886,48

NOTA 16 – RECEITAS - As receitas (fontes de recursos) da Entidade oriundas das atividades fins (prestação de serviços educacionais), conforme art. 63 do Estatuto Social são mensuradas pelo valor da vaga da contraprestação recebida ou a receber, baseada na Planilha de Custo Educacional (Lei nº 9.870/99) e formalizada pelo contrato de prestação de serviços educacionais. Outras receitas (fins e sustentáveis, conforme o art. 61 do Estatuto Social) também seguem o mesmo critério, ou seja, reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a entidade. Segue abaixo o montante de cada categoria significativa (relevante) de receita reconhecida durante o período:

Código Contábil	Rubrica Contábil	Valores 2025 (R\$)	Valores 2024 (R\$)
304/305/310	Prestação Serviço Educacional	3.581.770,77	2.634.825,09
347	Subvenções Municipais	337.971,49	282.219,86
361	Atividades Sustentáveis	1.285.632,34	1.482.865,95

As atividades sustentáveis (meios) possuem previsão no art.61 do seu Estatuto Social, e para que a Entidade faça jus a Imunidade Tributária sobre essas atividades, conforme estabelecido no artigo 14 do Código Tributário Nacional, artigo 12 da Lei nº 9.532/97 e LC 187/21, cumpre os requisitos abaixo: a) As atividades sustentáveis (meios) possuem previsão estatutária; b) O Estatuto Social indica que os recursos (superávits) obtidos por essas receitas são revertidos (para atendimento) de suas atividades fins (objetivos sociais); c) A Demonstração do Resultado do Período da Entidade demonstrou que as atividades sustentáveis são superavitárias, ou seja, geram recursos para a manutenção das atividades fins (objetivos sociais). d) A Entidade recebeu doações sem restrição de benfeitores. e) Na Conta Receitas Diversas foram lançadas entrada de valor referentes a valores não classificáveis em outra conta.

NOTA 17 – ALUGUÉIS - No exercício de 2025, a Entidade constituiu Imóveis para Investimento por entender que a receita de aluguel contabilizada tem origem no compartilhamento de alguns espaços físicos e aluguéis de alguns imóveis.

NOTA 18 – OUTRAS RECEITAS / DESPESAS - Conforme a Resolução CFC nº 1.152/09, que aprova a NBC TG 13 e 1.157/09, que aprova CTG 02 e a Medida Provisória nº 449/08 (atual Lei 11.941/09) as receitas e despesas não operacionais foram classificadas no Grupo "Outras Receitas / Despesas" no grupo operacional e não após a linha do "resultado operacional". Abaixo descrevemos os valores que compõem este grupo:

Código Contábil	Rubrica Contábil	Valores 2025(R\$)	Valores 2024 (R\$)
583 / 584 / 611	Contribuição Social – Cota Patronal	478.377,16	410.146,91
587 / 612	Contribuição Social – Autônomos	25.436,72	73.476,81
607 / 608 / 614	Contribuição Social – RAT	11.959,38	10.253,67
605 / 606 / 621	Contribuição Social – Terceiros	107.634,85	92.283,05
622	COFINS	108.711,73	108.040,74
570	Perdas e Prejuízos	545,80	440,00
520	Perda na Alienação do Imobilizado	835.384,42	232.252,18
479	Voluntários	211.479,44	129.884,56

NOTA 19 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC - A Demonstração dos Fluxos de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC nº 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13 e também com a Resolução do CFC nº. 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 – R3 – Demonstração dos Fluxos de Caixa. O Método na elaboração dos Fluxos de Caixa que a Entidade optou foi o INDIRETO.

NOTA 20 – DO RESULTADO DO PERÍODO - O Superávit do Período de 2024 foi incorporado ao Patrimônio Social e o Déficit do período de 2025 será incorporado, em conformidade com as exigências legais, estatutárias e de acordo com a ITG 2002 – R1, em especial no item 15.
NOTA 21 – COBERTURA DE SEGUROS - Para evitar medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros para veículos para cobertura de eventuais sinistros, considerados suficientes, atendendo assim, principalmente o Princípio Contábil de Continuidade. Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso.

NOTA 22 - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA - A ENTIDADE é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988 e arts. 1º, 2º e 3º da Lei Complementar 187/21.
NOTA 23 – FORMA JURÍDICA CONFORME A LEGISLAÇÃO VIGENTE - A ENTIDADE é uma associação sem fins lucrativos e econômicos regida pelo seu Estatuto Social que contempla os artigos 44 à 61 do Código Civil.

NOTA 24 – CARACTERÍSTICA DA IMUNIDADE - A Sociedade Assistencial e Educativa Mãe Admirável - SAEMA é uma instituição educacional sem fins lucrativos e econômicos, prevista no artigo 9º. do CTN, e por isso imune, no qual usufrui das seguintes características: • a instituição é regida pela Constituição Federal; • a imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional; • não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária); • não há o direito (Governo) de instituir, nem cobrar tributo.
NOTA 25 – REQUISITOS PARA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA - A única Lei Complementar 187/21 que traz requisitos para o gozo da imunidade tributária é o Código Tributário Nacional (CTN). O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social da Entidade e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos: a) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (art.69 do Estatuto Social); b) aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (art.68 do Estatuto Social); c) mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão (art.63 do Estatuto Social).

NOTA 26 – IMUNIDADE TRIBUTÁRIA - A ENTIDADE é imune à incidência das Contribuições Sociais por força da Lei nº 9.532/97 e Lei Complementar 187/2021 (pela certificação como entidade beneficente de assistência social).

NOTA 27 – CARACTERÍSTICA DA IMUNIDADE - A Sociedade Assistencial e Educativa Mãe Admirável - SAEMA é uma instituição educacional sem fins lucrativos e econômicos, de direito privado, previsto no artigo 12 da Lei nº 9.532/97 e artigos 2º e 3º da Lei Complementar 187/2021 e por isso é reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social (imune).

NOTA 28 – REQUISITOS PARA MANUTENÇÃO DA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA A Sociedade Assistencial e Educativa Mãe Admirável – SAEMA é uma Entidade Beneficente de Assistência Social (possui CEBAS) e para usufruir da Imunidade Tributária determinada pelo artigo 3º da Lei Complementar 187/2021, cumpre os seguintes requisitos:

ESTATUTÁRIOS
• não percebe a seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos (art. 75 do Estatuto Social); • não distribuem a seus conselheiros, associados, instituidores ou benfeitores seus resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto, e, na hipótese de prestação de serviços a terceiros, públicos ou privados, com ou sem cessão de mão de obra, não transmitem a esses terceiros os benefícios relativos à imunidade prevista no § º do art. 195 da Constituição Federal; • aplica suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais (art. 68 do Estatuto Social); • não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto (art.76 do Estatuto Social); • preveja, em seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidades beneficentes certificadas ou a entidades públicas.

OPERACIONAIS E CONTÁBEIS
• possui certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; • mantenha escrituração contábil regular que registre as receitas e as despesas, bem como o registro em gratuidade, de forma segregada, em consonância com as normas do Conselho Federal de Contabilidade e com a legislação fiscal em vigor; • conserve em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizadas que impliquem modificação da situação patrimonial; • apresentem as demonstrações contábeis e financeiras devidamente autenticadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade, quando a receita bruta anual auferida for superior ao limite fixado pelo inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

NOTA 29 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUIDAS (IMUNES)

A Entidade possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), válido. Conforme o artigo 1º e 2º da LC 187/21, a entidade beneficente certificada fará jus à imunidade do pagamento das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei no 8.212/91. Abaixo demonstramos as contribuições sociais usufruídas, a forma de contabilização e o montante do período que não é pago. **CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUIDAS** • 20% sobre folha de salários e serviços de autônomos e individuais; • RAT/SAT (1%, 2% ou 3%) • TERCEIROS (4,5% - Educação) • COFINS - 3% • CSL - Contribuição Social de 09% sobre o Lucro Líquido. Quanto a Contribuição Social sobre Lucro Líquido, entendemos que é inaplicável às entidades sem fins lucrativos, pois, não possuem "lucro" conforme conceituação da legislação tributária, sendo impossível aplicar sua regra de incidência. Outrossim, vale afirmar que essas entidades possuem, eventualmente, SUPERÁVIT, o que não se confunde com LUCRO. Desta feita, entendemos que qualquer entidade Sem Fins Lucrativos não está sujeita à incidência desta Contribuição Social sobre Lucro.

FORMA DE CONTABILIZAÇÃO E OS VALORES CONTABILIZADOS - Levando em consideração as Normas Brasileiras de Contabilidade (Resolução do CFC No. 1.185/09) vigentes em consonância com as Normas Internacionais (NIC 1), onde não podemos compensar ativos com passivos e nem receitas com despesas, salvo alguma Norma Específica, demonstraremos a forma de contabilização e seus respectivos valores das imunidades usufruídas pela Entidade no ano de 2025 e 2024:

REGISTRO DA DESPESA E OBRIGAÇÃO	REGISTRO DA RECEITA - GRUPO DE CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS
D - Contribuições Sociais (OUTRAS DESPESAS) – R\$ 756.038,67	C - Contribuições Sociais Usufruídas (PASSIVO) – R\$ 756.038,67
REGISTRO DA RECEITA - GRUPO DE CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	D - Contribuições Sociais Usufruídas (PASSIVO) – R\$ 756.038,67
C - Contribuições Sociais (OUTRAS RECEITAS) – R\$ 756.038,67	

• No ano de 2024 o montante de imunidade a título das Contribuições Sociais Usufruídas foi de R\$ 714.162,32.
NOTA 30 – OBRIGAÇÕES DA EDUCAÇÃO PARA FINS DE CEBAS - A Instituição Educacional mantém seu cadastro atualizado no EDUCA-CENSO (Dados do Censo Escolar da Educação Básica). Os serviços de educação desenvolvidos pela Entidade são atividades de inserção ou proteção nas Políticas Públicas de Educação (Plano Nacional de Educação - PNE) e a Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/96) que está inserida, e como consequência, por elas regulamentadas. Para manutenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) a Entidade cumpriu as diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação vigente na forma do artigo 214 da Constituição Federal.
NOTA 31 - DA CONCESSÃO DOS RECURSOS EM ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO BÁSICA - A ENTIDADE, em conformidade com o art. 20 da LC 187/21 oferece bolsas educacionais para alunos carentes, na forma da Lei, e também não cobrou taxa de matrícula ou custeio de material didático dos alunos bolsistas. Na concessão de bolsas educacionais, a Entidade utilizou o seguinte critério de renda: • A bolsa de estudo integral será concedida a aluno cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de 1 e 1/2 (um e meio) salário mínimo. • A bolsa de estudo parcial será concedida a aluno cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de 3 (três) salários mínimos.

NOTA 32 - DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO DO MÍNIMO DE BOLSAS INTEGRAS
A SOCIEDADE ASSISTENCIAL E EDUCATIVA MÃE ADMIRÁVEL - SAEMA, adremente ao atendimento do art. 20 (entidade que atua na educação básica) da Lei Complementar nº 187/2021, apresenta abaixo quadro que demonstra o cumprimento dos requisitos mínimos para a manutenção do certificado de entidade beneficente. As bolsas de estudos integrais e parciais foram concedidas em observância aos critérios socioeconômicos do art. 19 § 1º da Lei Complementar nº 187/2021.

Educação Básica – 2025 e 2024 (artigo 20 Lei Complementar nº 187/2021)		
	Exercício 2025	Exercício 2024
Total de alunos matriculados (*)	180	202
Alunos bolsa integral	20	25
Alunos pagantes	160	177
Mínimo a fazer de bolsista 100% (1/5)	32	36
Mínimo a fazer de bolsista 100% (1/9)	18	20
Número total de alunos com bolsa integral	20	25
Alunos bolsa parcial de 50%	34	30
Alunos bolsa parcial de 50% equivalente a 100%	17	15
TOTAL DE BOLSAS CONCEDIDAS (100% e 50%)	37	40

>>> Continuação >>>

SOCIEDADE ASSISTENCIAL E EDUCATIVA MÃE ADMIRÁVEL - SAEMASede / Rio Grande do Sul (RS) - CNPJ nº 95.622.585/0001-98
Reg. no CNSS(CNAS) sob nº 110.556/62 Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - Portaria do MEC nº 25, de 05/02/2020

princípio/regime da competência. A entidade adotou medidas internas de controle e segurança, visando prevenir a ocorrência de situações semelhantes, incluindo a revisão dos procedimentos de conferência e validação de documentos financeiros.

NOTA 40 - REVERSÃO DE PROVISÕES - No exercício de 2025, a entidade realizou a reversão de provisões anteriormente constituídas, em decorrência de reavaliações baseadas em informações atualizadas. Destaca-se que foi constituída provisão para **reclamatória trabalhista**, com base em relatório jurídico que indicava probabilidade de perda e estimativa de desembolso financeiro. Contudo, em decisão posterior favorável à entidade, não houve a obrigação de pagamento, sendo efetuada a reversão integral do valor provisionado, com impacto positivo no resultado do exercício. Adicionalmente, a entidade procede à reversão de valores registrados em **Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)** quando verificado que a estimativa foi superior ao efetivamente necessário, especialmente nos casos em que ocorre o recebimento dos valores anteriormente considerados de difícil recuperação. As reversões são reconhecidas no resultado do exercício, em conformidade com o princípio/regime de competência, refletindo a adequada atualização das estimativas contábeis.

Santa Maria (RS), 31 de dezembro de 2025.

Liane Terezinha Berres
Diretora-Presidente
CPF: 693.241.070-20

Cleusa Mercedes Thomas
Contadora CRC/RS 070859/O-6
CPF: 729.634.920-49

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Sociedade Assistencial e Educativa Mãe Admirável - SAEMA, por intermédio de suas associadas, abaixo assinadas, cumprindo suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Balanço Patrimonial da Sociedade Assistencial e Educativa Mãe Admirável - SAEMA, levantado em 31/12/2025 e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, devidamente auditadas pela Audisa Auditores Associados, sob a responsabilidade dos contadores Jacqueline Clélia Rosa da Rosa e Alexandre Chiaratti do Nascimento, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é emitir um parecer sobre estas demonstrações. Com base nos exames realizados, o Conselho Fiscal é de opinião favorável que tais documentos traduzem, com propriedade, a posição patrimonial e financeira da SAEMA.

Santa Maria, 15 de abril de 2025.

Angellita Correa de Oliveira
CPF: 772.639.40-49

Zenaida Maria Dietz
CPF: 434.247.160-49

Jacinta Koenig
CPF: 434.247.400-04

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**Opinião sobre as demonstrações contábeis**

Examinamos as demonstrações contábeis da **SOCIEDADE ASSISTENCIAL E EDUCATIVA MÃE ADMIRÁVEL - SAEMA** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria

apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre - RS, 17 de abril de 2026.



AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS
CRC/SP 2SP "S" "RS" 024298/O-3

Alexandre Chiaratti do Nascimento
Contador
CRC/SP "S" "RS" 187.003/O-0
CNAI - SP - 1620

Jacqueline Clélia Rosa da Rosa
Contadora
CRC/RS 072.216/O-5
CNAI nº 1975

ECORE BRASIL S.A.

CNPJ 43.421.955/0001-25 - NIRE 43300067289

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V. Sas., as Demonstrações Financeiras relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2025, ficando desde já à disposição para quaisquer esclarecimentos julgados necessários. O relatório, juntamente com parecer do auditor independente encontra-se a disposição dos acionistas na sede da empresa.

Relatório de Administração

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro - Em milhares de reais											
	Nota	Controladora		Consolidado			Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
ATIVO											
Caixa e equivalentes de caixa.....	5	122	268	38.749	22.436						
Instrumentos financeiros derivativos..	7	-	-	9	195						
Contas a receber.....	8	-	-	55.509	73.113						
Estoques.....	9	-	-	1.944	403						
Tributos a recuperar.....	10	109	158	4.703	2.166						
Outros ativos.....	12	-	-	32.232	7.499						
(=) Total do ativo circulante.....		231	426	133.146	105.812						
Depósitos judiciais.....	11	-	-	5.586	5.586						
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....		-	-	12.661	14.550						
Outros ativos.....	12	-	-	10.734	398						
		-	-	28.981	20.534						
Investimentos.....	13	13.028	20.333	-	-						
Imobilizado.....	14	-	-	4.733	7.600						
Intangível.....	14	-	-	12.560	12.560						
		13.028	20.333	17.293	20.160						
(=) Total do ativo não circulante.....		13.028	20.333	46.274	40.694						
Total do Ativo.....		13.259	20.759	179.420	146.506						

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais											
	Capital Social	Reserva de capital		Ajuste de Avaliação patrimonial	Ações em Tesouraria	Reserva de lucros			Patrimônio Líquido		
		Ágio na venda de ações próprias	Plano de Opções			Reserva Legal	Reservas de lucros	Lucro Acumulado			
Saldo em 31 de dezembro de 2022.....	3.500		1.551	2.800	(18)	700	3.204	-	11.737		
Resultado do Exercício.....	-	-	-	-	-	-	-	55.848	55.848		
Juros Sobre Capital Próprio.....	-	-	-	-	-	-	-	(349)	(349)		
Distribuição de Lucros.....	-	-	-	-	-	-	(3.147)	(55.499)	(58.646)		
Plano de opções.....	-	-	594	-	-	-	-	-	1.511		
Venda de ações em Tesouraria.....	-	-	-	-	1	-	-	-	1		
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Hedge.....	-	-	-	(1.619)	-	-	-	-	(1.619)		
Ajuste Conversão Controlada no Exterior.....	-	-	-	3.544	-	-	-	-	3.544		
Saldo em 31 de dezembro de 2023.....	3.500		2.145	4.725	(17)	700	57	-	12.028		
Resultado do Exercício.....	-	-	-	-	-	-	-	63.672	63.672		
Juros Sobre Capital Próprio.....	-	-	-	-	-	-	-	(378)	(378)		
Distribuição de Lucros.....	-	-	-	-	-	-	(57)	(63.001)	(63.058)		
Reserva de lucros.....	-	-	-	-	-	-	293	(293)	-		
Plano de opções.....	-	-	271	-	-	-	-	-	333		
Venda de ações em Tesouraria.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Hedge.....	-	-	-	1.619	-	-	-	-	1.619		
Ajuste Conversão Controlada no Exterior.....	-	-	-	(1.655)	-	-	-	-	(1.655)		
Saldo em 31 de dezembro de 2024.....	3.500		2.416	4.689	(17)	700	293	-	12.561		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações Gerais: A Ecore Brasil S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, com Estatuto e assembleia de constituição datados de 12 de agosto de 2021 e efetivo registro e constituição em 6 de setembro de 2021. A Companhia tem por objeto social a participação como sócia, acionista ou quotista, em outras sociedades (holding não-financeira). A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 17 de abril de 2026. 1.1. Continuidade Operacional: A Companhia apresentou, em 31 de dezembro de 2025, capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 13.929, substancialmente decorrente de provisões descritas na Nota 18, que representam aproximadamente 23% do passivo circulante. Tais provisões possuem como contrapartida créditos junto a determinado cliente, a serem compensados na próxima renovação contratual. Adicionalmente, a Companhia possuía, naquela data, saldo de mútuo com partes relacionadas, o qual foi integralmente liquidado no início de janeiro de 2026. A Administração avaliou a capacidade de continuidade operacional da Companhia e concluiu não haver incertezas relevantes quanto à sua capacidade de manter suas operações pelos próximos 12 meses. Essa avaliação baseia-se, principalmente, nos seguintes fatores: - Fluxo de caixa projetado positivo para os próximos períodos; - Disponibilidade de linhas de crédito rotativo e relacionamento sólido com instituições financeiras; - Apoio dos acionistas/controladores, quando necessário. Dessa forma, as demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional.

2. Resumo das principais políticas contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. 2.1. Base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico como critério de mensuração, exceto para determinados ativos e passivos financeiros, incluindo instrumentos derivativos, que são mensurados ao valor justo. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na NE 3.

(a) Demonstrações financeiras individuais: As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas. **(b) Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). 2.2. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações: As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025: **Alterações ao IAS 21/ CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis:** em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 "Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis", adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio a vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. A Companhia trabalha com moedas de informação amplamente divulgadas e, portanto, não há impacto em suas operações ou demonstrações financeiras. **CPC/51 / IFRS 18 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras:** em abril de 2024, o IASB emitiu uma nova norma em substituição à IAS 1. O normativo introduz novos conceitos e promove alterações estruturais na Demonstração do Resultado, requer novas divulgações para métricas gerenciais de performance e amplia os critérios para agregação ou desagregação de informação, a serem aplicados na elaboração dos demonstrativos financeiros primários e nas Notas Explicativas em geral. Ao substituir a IAS 1, muitos dos princípios existentes foram mantidos, com alterações limitadas. A IFRS 18 não afetará o reconhecimento ou a mensuração de itens nas demonstrações financeiras, mas pode alterar o modo como a informação operacional é apresentada. 2.4. Conversão de moeda estrangeira: **(a) Moeda funcional:** Moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). A moeda funcional da Companhia é o Real e, para fins de apresentação, as demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais. **(b) Operações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas na moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, pelas taxas de câmbio do final do exercício e são reconhecidas na demonstração do resultado, na rubrica de receitas e despesas financeiras. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos e caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. 2.5. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até doze meses (com risco insignificante de mudança de valor). 2.6. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge: Inicialmente, os instrumentos financeiros derivativos ("derivativos") são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e, subsequentemente, são mensurados ao seu valor justo a cada data de balanço. O método para reconhecer o ganho ou a perda na demonstração financeira depende do fato de o derivativo ser ou não designado como um instrumento de hedge. Nesse caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido. A Companhia utiliza contratos de venda e compra a termo de moedas - NDF (Non Deliverable Forward) e contratos de opções para limitar sua exposição ao risco cambial nas operações de venda e compra em moeda estrangeira. Esses derivativos são designados como hedge - ou seja, protegem contra o risco cambial associado a operações de venda, bem como operações de compra realizadas e previstas como altamente prováveis. No início da operação, a Companhia designa e documenta as relações de hedge, de forma que os objetivos da gestão de riscos, os itens protegidos por hedge e os instrumentos de hedge sejam claramente identificáveis e que o risco inerente ao item em questão seja, de fato, o risco protegido pelo instrumento de hedge. A contabilização do hedge aplica-se apenas quando a Companhia espera que o instrumento financeiro derivativo seja altamente eficaz na compensação do risco cambial associado ao item protegido. O valor justo de um derivativo de hedge é classificado, na data do balanço, como ativo ou passivo não circulante quando o vencimento remanescente do item protegido por hedge é superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por hedge é de 12 meses ou menos. As transações de hedge de transações previstas (*hedge forecast*) em moeda estrangeira ocorrerão em diversas datas durante os próximos 12 meses. Ganhos e perdas desta categoria de hedge contratada até 31 de dezembro de 2025 são reconhecidos como ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Os ganhos e perdas são transferidos para a demonstração do resultado no período em que a transação prevista protegida por hedge se realizar. Os valores registrados no patrimônio líquido como "Ajuste de avaliação patrimonial" são reclassificados para a demonstração do resultado no período em que ocorre a transação de venda ou compra, e são registrados na conta "Operações de Derivativos" ativa ou passiva, na rubrica de receitas e despesas financeiras. 2.7. Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor da transação, menos a provisão para créditos de realização duvidosa. A provisão para créditos de realização duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. 2.8. Imobilizado: Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer provisão para perda por valor não recuperável de ativo. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração, excluindo custos de financiamentos. As estimativas de vidas úteis estão demonstradas conforme segue: • Móveis e utensílios - 10 anos; • Máquinas e equipamentos - 5 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados quando existe uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de Provisão do valor contábil são reconhecidos em "Outras receitas e despesas, líquidas" na demonstração do resultado. 2.9. Ativos intangíveis: **(a) Software:** Licenças de software são demonstradas pelo custo histórico incorridos para adquirir e preparar os softwares para sua utilização, menos amortização. Todos os ativos intangíveis são considerados como tendo uma vida útil definida. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das licenças como segue: • Softwares - 5 anos. **(b) Ágio:** O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida, (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. 2.10. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros: Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins deste teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os Grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, passam por análise de uma possível reversão do *impairment* que caso confirmado são ajustados por *impairment* na data do balanço. 2.11. Empréstimos de ágio reconhecido no resultado do exercício não é reversível: 2.11. Empréstimos de ágio reconhecidos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são registrados em despesas financeiras. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. 2.12. Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo. 2.13. Provisões: As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (incluindo o *impairment* que caso confirmado são ajustados por *impairment* na data do balanço). 2.14. Reconhecimento da receita: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de licenças e venda de serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. Geralmente, o montante de receitas brutas é equivalente ao valor das notas fiscais emitidas. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades, conforme descrição a seguir: **(a) Tipo de receita 1 - Prestação de serviços mercados interno e externo:** A Companhia e suas controladas prestam serviços de análise e desenvolvimento de sistemas, assessoria, consultoria e treinamento em informática, suporte técnico em informática, inclusive, instalação, configuração e manutenção de programas de computação e banco de dados, planejamento e manutenção, reconhecidas a partir da prestação dos serviços aos clientes. **(b) Tipo de receita 2 - Venda de licenças mercado interno e externo:** Refere-se a venda de licenças de software (incluindo o *impairment* que caso confirmado são ajustados por *impairment* na data do balanço), reconhecidas na entrega das licenças ao cliente, o qual fará uso delas. **(c) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva. 2.15. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido: As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferida. O imposto de renda é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os encargos do imposto de renda e da contribuição social corrente e diferidos são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias decorrentes das diferenças entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre o lucro ou créditos fiscais não utilizados anteriormente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados com base em alíquotas de imposto e leis fiscais em vigor, ou substancialmente promulgadas, na data-base das demonstrações financeiras. O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos é avaliado anualmente e uma provisão para desvalorização é registrada quando o valor contábil não pode ser recuperado com base no lucro tributável, presente ou futuro. 2.16. Distribuição de dividendos: A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é deliberada por esta. 2.17. Ajuste de avaliação patrimonial: O saldo corresponde ao ganho/perda na conversão da equivalência patrimonial do investimento referente-se à participação nas empresas Ecore IT Solutions, LLC e Ecore Solutions em TI S. de R.L. de C.V. Parte do saldo também é impactada pelo *hedge forecast*, no qual a Companhia adota estratégias para proteger sua receita futura contra a oscilação do dólar. As variações no valor justo dos instrumentos de hedge são registradas temporariamente na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial e transferidas para o resultado à medida que a receita protegida é reconhecida. 2.18. Receita diferida: A receita diferida representa a obrigação da Companhia e suas controladas perante os clientes, referente a serviços que ainda não prestou. Tal obrigação é registrada no passivo e a apropriação no resultado é realizada à medida que os serviços são prestados ao cliente. 2.19. Plano de Outorga baseado em opções de ações: Em 30 de agosto de 2021, através da Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a Companhia aprovou a criação do Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, que tem como objetivo a outorga de opções de compra de ações preferenciais nominativas, sem valor nominal e sem direito a voto, de emissão da Companhia, a determinados beneficiários. Maiores detalhes na Nota 24.7. 2.20. Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2025. **(a) Reforma Tributária sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (EC) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um imposto Seletivo (IS) - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos da lei complementar. Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP nº 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025. A regulamentação e a instituição do Comitê Gestor do IBS foram inicialmente previstas no Projeto de Lei Complementar nº 108/2024, que corresponde ao segundo projeto de regulamentação da Reforma, já aprovado pelo Congresso Nacional e atualmente aguardando sanção

Demonstração do Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro					
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita de vendas de licenças e serviços.....	25	-	-	556.690	555.170
Custo das vendas de licenças e serviços.....	26	-	-	(381.142)	(372.301)
(=) Lucro Bruto.....				175.548	182.869
Despesas gerais e administrativas.....	26	(390)	(2.552)	(75.561)	(82.188)
Equivalência patrimonial.....	13	64.077	58.457	-	-
Outras receitas e despesas líquidas.....	27	(63)	(71)	14.071	(10.627)
(=) Lucro Operacional.....		63.624	55.834	114.058	90.054
Receitas financeiras.....	28	49	15	31.747	14.518
Despesas financeiras.....	28	(1)	(1)	(49.915)	(17.327)
(=) Lucro antes do IR e da contribuição social.....		63.672	55.848	95.890	87.245
IRPJ/CSLL Correntes.....	29	-	-	(31.164)	(36.320)
IRPJ/CSLL Diferidos.....	29	-	-	(1.054)	4.923
(=) Lucro líquido do exercício.....		63.672	55.848	63.672	55.848
Quantidade de ações.....		4.200	4.200	4.200	4.200

Demonstração do Resultado Abrangente					
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais					
		Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro Líquido do Exercício.....		63.672	55.848	63.672	55.848
Outros componentes do resultado abrangente do exercício, líquido.....		4.689	4.725	4.689	4.725
Variação cambial de investida no exterior.....		3.070	6.344	3.070	6.344
Hedge de fluxo de caixa em controlada, líquido de imposto.....		-	-	-	-
		2.453	(2.453)	2.453	(2.453)
Imp. relac. c/resultado do hedge de fluxo de caixa.....		(834)	834	(834)	834
Total do Resultado Abrangente do Exercício.....		68.361	60.573	68.361	60.573

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa					
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais					
	Controladora	Consolidado			
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
(=) Lucro líquido do exercício.....		63.672	55.848	63.672	55.848
Ajustes por:					
Depreciações e amortizações.....		-	-	3.284	3.530
Receita/(Despesa) financeira.....		-	-	1.652	151
Baixa de ativo imobilizado.....		-	-	98	291
Ajuste de Conversão Patrimonial.....		-	-	(36)	3.544
Equivalência patrimonial.....	(64.077)	(58.457)	-	-	-
Imposto Diferido.....		-	-	1.889	(5.757)
Instrumentos financeiros.....		-	-	(992)	1.177
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....		-	-	(810)	1.480
Plano de Opções.....		-	-	62	918
Variações cambiais, líquidas.....		-	-	(2.820)	(999)
Variações no ativo e passivo.....		(7.984)	(2.754)	23.873 </	

»»» Continuação ECORE BRASIL S.A. Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital de giro, é aplicado em renda fixa com liquidez diária somente em bancos e gestoras de ativos, classificados com rating mínimo "A" na escala de Fitch ou Standard & Poor's, considerando avaliação de risco nacional, e sempre respeitando os limites de concentração por instituição financeira. A NE 31.4 trará mais informações sobre a tomada de créditos realizadas pela empresa através de mútuo com os sócios.

5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: 5.1. Caixa e equivalente de caixa: Tabela com 4 colunas: Nota, 31/12/2025, 31/12/2024, 31/12/2024. Linhas: Caixa e equivalente de caixa, Conta Corrente, Aplicações Financeiras, Total.

As aplicações financeiras de curto prazo correspondem a CDBs realizados com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez (inferior a 90 dias), baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI). Ao longo de 2025 os percentuais foram entre 82% a 100% do CDI e em 2024 os percentuais variaram entre 99% e 101% do CDI.

6. Instrumentos financeiros: Tabela com 4 colunas: Nota, 31/12/2025, 31/12/2024, 31/12/2024. Linhas: Ativos Financeiros, Ativos ao custo amortizado, Caixa e equivalente de caixa, Contas a receber de clientes e demais, Contas a receber, Derivativos, Ao valor justo - usados para hedge, Total.

7. Instrumentos financeiros derivativos: Tabela com 4 colunas: Nota, 31/12/2025, 31/12/2024, 31/12/2024. Linhas: Instr. Financ. Derivativos (Ativo), Instr. Financeiros Derivativos (Passivo), Total.

Contrato de Hedge: Parte da receita de vendas da Companhia corresponde à exportação de serviços, havendo desta forma, uma exposição ativa à variação da taxa de câmbio. Pertinente a venda de licenças, que são importadas, a Companhia possui parte de seus custos atrelados à taxa de câmbio, gerando assim uma exposição passiva à variação da taxa de câmbio. Com o objetivo de proteção contra a variação da taxa de câmbio, no âmbito de garantir as margens de negócio da Companhia, são utilizados instrumentos financeiros derivativos, que consistem, basicamente, em contratos de venda e compra a termo de moedas - NDF (Non Deliverable Forward) e contratos de opções, negociados com instituições financeiras. Em 31 de dezembro de 2025, os valores de referência dos contratos a termo de moedas - NDF (Non Deliverable Forward) relativos a contratos de compra nas empresas controladas, totalizavam R\$ 12.468 e não havia contrato de vendas ativos. Os instrumentos financeiros de hedge designados a um ativo ou passivo efetivamente realizados, são reconhecidos pelo seu valor justo, na demonstração de resultado como incorridos, assim como os custos de transação atribuíveis. As transações de hedge de transações previstas (hedge forecast) em moeda estrangeira ocorrerão em diversas datas durante os 12 meses seguintes à data de verificação. Ganhos e perdas desta categoria de hedge contratada até 31 de dezembro de 2025 são reconhecidos como ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Os ganhos e perdas são transferidos para a demonstração do resultado no período em que a transação prevista, protegida por hedge, se realizar. Em 31 de dezembro de 2025 não haviam contratos ativos. Os instrumentos financeiros de hedge estabelecidos pela Companhia estão atrelados a mercados ativos, e assim os ganhos e perdas são reconhecidos pelo seu valor justo.

8. Contas a Receber: Tabela com 4 colunas: Nota, 31/12/2025, 31/12/2024, 31/12/2024. Linhas: Contas a Receber, Contas a receber - Mercado Interno, Contas a receber - Mercado Externo, Provisão p/crédito de liq./duvidosa, Total.

13. Investimentos: 13.1. Movimentação de Investimentos: Tabela com 7 colunas: Empresas, 2024, Distribuição de lucros, Resultado de equivalência, JSCP, Ajuste de conversão controlada, Reserva de Capital, 2025. Linhas: Ecore Soluções em Tecnologia da Informação Ltda., MLV Produtos e Serviços em Tecnologia da Informação Ltda., Total.

Segue abaixo a participação da Companhia nos resultados das controladas: Tabela com 7 colunas: Nome, País, Ativo, Passivo/PL, Receita, Lucro, Percentual de participação no capital votante e total. Linhas: Ecore Soluções em Tecnologia da Informação Ltda., MLV Produtos e Serviços em Tecnologia da Informação Ltda., Total.

14. Imobilizado e Intangível: 14.1. Imobilizado: Tabela com 7 colunas: Nome, País, Ativo, Passivo/PL, Receita, Lucro, Percentual de participação no capital votante e total. Linhas: E-Core IT Solutions, LLC (i), Ecore Soluciones en TI S de R.L. de C.V. (i), Total.

15. Fornecedores: Tabela com 4 colunas: Nota, 31/12/2025, 31/12/2024, 31/12/2024. Linhas: Fornecedores - Mercado Interno, Fornecedores - Mercado Externo, Cartão de crédito, Total.

16. Impostos a Pagar: Tabela com 4 colunas: Nota, 31/12/2025, 31/12/2024, 31/12/2024. Linhas: Impostos a recolher, COFINS a pagar, CSLL a pagar, CSRF a pagar, IOF a Pagar, IRPJ a pagar, IRRF a pagar, INSS a pagar, PIS a pagar, Parcelamentos a pagar, Imp. a recol. de control. no exterior, Total.

17. Obrigações Sociais e Trabalhistas: Tabela com 4 colunas: Nota, 31/12/2025, 31/12/2024, 31/12/2024. Linhas: Obrigações sociais e trabalhistas, Salários a pagar, Rescisões a pagar, Pensão alimentícia a pagar, INSS a pagar, FGTS a pagar, Provisão de férias, Outras contribuições a pagar, Participação nos lucros a pagar, Enc. sociais de control. no exterior, Total.

18. Provisões: Tabela com 4 colunas: Nota, 31/12/2025, 31/12/2024, 31/12/2024. Linhas: Provisões, Outras provisões (i), Total.

19. Outros Passivos: Tabela com 4 colunas: Nota, 31/12/2025, 31/12/2024, 31/12/2024. Linhas: Outros passivos, Outras obrigações, Total curto prazo, Outros passivos - LP, Impostos em disputa judicial (i), Conting. p/Recupera Plano LTI - #1.1 (ii), Conta garantia (iii), Total longo prazo.

20. Adiantamento de Clientes: Tabela com 4 colunas: Nota, 31/12/2025, 31/12/2024, 31/12/2024. Linhas: Adiantamento de clientes, Total curto prazo, Adiantamento de clientes - LP, Total longo prazo.

21. Receita Diferida: Tabela com 4 colunas: Nota, 31/12/2025, 31/12/2024, 31/12/2024. Linhas: Receitas diferidas, Receita diferida, Total.

22. Partes Relacionadas: Tabela com 4 colunas: Nota, 31/12/2025, 31/12/2024, 31/12/2024. Linhas: Partes Relacionadas, Empréstimos com pessoas ligadas, Total.

23. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio: Os acionistas têm direito de receber, em cada exercício, um dividendo mínimo obrigatório de 10% do lucro líquido ajustado, conforme definido em estatuto. A Companhia efetuou no exercício, o cálculo de juros sobre o capital próprio dentro dos limites estabelecidos pela Lei Nº 9.249/95. O valor correspondente foi contabilizado como despesa financeira para fins fiscais. Para efeito de apresentação este valor foi excluído do resultado do exercício da Companhia.

24. Patrimônio Líquido: Tabela com 4 colunas: Nota, 31/12/2025, 31/12/2024, 31/12/2024. Linhas: Lucro líquido do exercício, Constituição reserva legal, Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios, Dividendos exercidos anteriores, Dividendo mínimo obrigatório, Dividendo proposto adicional ao mínimo obrigatório, Total de dividendos do exercício.

O montante de dividendos e juros sobre capital próprio dos exercícios de 2024 e 2025 está demonstrado a seguir: Tabela com 4 colunas: 31/12/2025, 31/12/2024, 31/12/2024, 31/12/2024. Linhas: Dividendos, Dividendo final sobre resultados de 2023 pago em 2024, Dividendo intermediário sobre resultados de 2024 pago em 2024, Juros sobre capital próprio 2024 pago em 2024, Dividendo final sobre resultados de 2024 pago em 2025, Dividendo intermediário sobre resultados de 2025 pago em 2025, Juros sobre capital próprio 2025 pago em 2025, Total.

24.1. Capital social e reserva de capital: Tabela com 5 colunas: Nota, Ações, %, Ações, %. Linhas: AC Investments Ltda., Blue Core Participações Ltda., Canela Core Investments Ltda., Marcio Giovanni da Silveira, Vinicius Leandro Orique Pinheiro, Outros Minoritários, Total em poder dos acionistas, Ações em tesouraria, Total de ações emitidas.

Em 2025, 9.000 (nove mil) ações preferenciais foram transferidas da tesouraria para beneficiários do plano de opções de ações, devido ao exercício da opção de subscrição. Essa transferência resultou no reconhecimento de um ágio de R\$ 628, registrado nas reservas de capital. Adicionalmente, a Companhia reacquiriu 6.000 (seis mil) ações em 6 de junho de 2025. O impacto financeiro líquido dessa compra, após dedução de 6.000 (seis mil) ações do patrimônio líquido e alocado na "Reserva de lucros e dividendos em função da alienação de ações próprias". As ações recompradas são mantidas como "Ações em tesouraria". A reserva de capital refere-se à despesa incorrida com os participantes do plano de opções de ações. De acordo com o CPC 10 (Pagamento Baseado em Ações), a despesa é reconhecida com base no serviço prestado pelo colaborador durante o período de vesting, independentemente do exercício das opções.

Ágio na alienação de ações em tesouraria: Tabela com 4 colunas: Nota, 31/12/2025, 31/12/2024, 31/12/2024. Linhas: Em 1º janeiro, Compra de opção de ações pelos participantes do plano, Venda de ações da empresa por participante do plano, Em 31 de dezembro, Total.

24.2. Ações em tesouraria: Tabela com 4 colunas: Nota, 31/12/2025, 31/12/2024, 31/12/2024. Linhas: Em 1º janeiro, Hedge forecast - movimentação, Impostos diferidos - movimentação, Movimentação do ano, Ajuste de conversão controlada - US, Ajuste de conversão controlada - MX, Movimentação do ano, Total.

24.3. Dividendos e juros sobre capital próprio: Tabela com 4 colunas: Nota, 31/12/2025, 31/12/2024, 31/12/2024. Linhas: Opções em milhares, Canceladas, Exercidas, Em 31 de dezembro, Opções vestidas em 2024 e não compradas, Opções vestidas em 2025 e não compradas, Total.

25. Receita de serviços e licenças: Tabela com 4 colunas: Nota, 31/12/2025, 31/12/2024, 31/12/2024. Linhas: Receita de vendas de licenças e serviços, Receita bruta de vendas de licença, Receita bruta de vendas de serviços, Impostos incidentes sobre vendas, Descontos concedidos, Total.

26. Despesas por natureza: Tabela com 4 colunas: Nota, 31/12/2025, 31/12/2024, 31/12/2024. Linhas: Custo com licenças, Custo com pessoal, Custo com licenciamento de software, Custos de terceiros, Custo com impostos e taxas, Outros custos, Despesa com pessoal, Despesas administrativas, Despesa com aluguel, Despesas bancárias, Despesa com serviços de terceiros, Despesa com viagens e vendas, Despesas com materiais, Impostos e taxas, Despesa com licenciamento de software, Depreciação e amortização, Perdas em créditos, líquidas, Outras despesas, Total, Custo das vendas de licenças e serviços, Despesas gerais e administrativas.

»»» Continuação		ECORE BRASIL S.A.				Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025																																																													
27. Outras receitas e despesas, líquidas:		Controladora		Consolidado		29.2. Reconciliação da alíquota de imposto de renda e contribuição social:		Controladora		Consolidado																																																									
Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024																																																								
Outras receitas e despesas, líquidas.....	27				Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	63.672	55.848	95.890	87.245																																																										
Lucro (Prejuízo) na venda de ativo imobilizado	-	-	(42)	271	Alíquota nominal combinada de imposto de renda e contribuição social - %	34	34	34	34																																																										
Outras despesas tributárias	(63)	(71)	(103)	(204)	Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de legislação	(21.648)	(18.988)	(32.603)	(29.663)																																																										
Outras receitas e despesas (I)	-	-	13.449	(13.620)	Juros sobre capital próprio	125	119	223	242																																																										
Reembolsos	-	-	767	2.926	Reconciliação para alíquota efetiva (Adições) exclusões permanentes	21.753	19.875	574	895																																																										
Total	(63)	(71)	14.071	(10.627)	(Adições) exclusões temporárias	(230)	(1.006)	(1.022)	(8.516)																																																										
(i) Determinados contratos de vendas definem que algumas condições de performance e desenvolvimento de equipe precisam ser atingidas. Decorrente destas condições a Companhia, calcula o montante necessário ao cumprimento das mesmas, reconhecendo assim uma receita ou despesa no resultado.																																																																			
28. Resultado financeiro, líquido:																																																																			
		Controladora		Consolidado																																																															
Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	Nota	31/12/2025																																																								
Receitas financeiras					Despesa de IR e contribuição social	-	-	-	-	31.4. Empréstimo com pessoas ligadas (Passivo):	31/12/2025																																																								
Variações cambiais e monetárias ativas	11	7	7.878	7.935	Aliquota efetiva	-	-	33.60%	35.99%	Emprestimo com pessoas ligadas (Nota 22)	31/12/2024																																																								
Derivativos	-	-	20.649	4.313	30. Lucro por ação: 30.1. Básico: O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.					Acionistas	20.100																																																								
Rendimentos de aplicações financeiras	38	8	3.162	2.200	Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	2025	2024				-																																																								
Outras receitas financeiras	-	-	58	70	Quantidade média ponderada de ações em circulação (milhares)	4.026	4.026				-																																																								
Despesas financeiras					Lucro básico por ação - R\$	15,82	13,90				-																																																								
Variações cambiais e monetárias ativas	-	-	(6.560)	(9.991)	30.2. Diluído: O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. A Companhia tem uma categoria de ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores: opções de compra de ações, em que é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da Companhia), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em aberto. A quantidade de ações assim calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações em circulação, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.																																																														
Derivativos	-	-	(37.230)	(6.646)	Lucro usado para determinar o lucro diluído por ação	63.672	55.848																																																												
Outras receitas financeiras	(1)	(1)	(6.125)	(690)	Quantidade média ponderada de ações em circularização (milhares)	4.026	4.026																																																												
Receitas financeiras	49	15	31.747	14.518	Opções de compra de ações	5	18																																																												
Despesas financeiras	(1)	(1)	(49.915)	(17.327)	Quantidade média ponderada de ações para o lucro diluído por ação (milhares)	4.031	4.044																																																												
29. Imposto de renda e contribuição social:																																																																			
29.1. Posição do saldo:																																																																			
		Controladora		Consolidado																																																															
Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	Ativo de imposto diferido	29																																																													
Ativo de imposto diferido					Ativo de imposto diferido a ser recuperado após de mais de 12 meses	-	-	12.661	14.550																																																										
O saldo de créditos de impostos diferidos refere-se ao imposto de renda e contribuição social atribuídos ao reconhecimento de eventos com realização futura. A realização dos créditos registrados será estornada em conformidade com a realização e/ou liquidação, e excluída na base de cálculo tributável de períodos futuros conforme segue:																																																																			
				Imposto Diferido																																																															
2025			31/12/2025	31/12/2024	2025	-	-	4.479																																																											
2026			2.610	-	2026			2.610	-																																																										
2027			10.051	10.071	2027			10.051	10.071																																																										
MÁRCIO GIOVANI DA SILVEIRA - Diretor Presidente FERNANDA ESTEVES - Diretora Financeira MÁRCIA RODRIGUES DE OLIVEIRA - Contadora - CRC RS 075501/O-2 - CPF 430.140.460-00																																																																			
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas																																																																			
Aos Administradores e Acionistas Ecore Brasil S.A.																																																																			
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Ecore Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.																																																																			
Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.																																																																			
Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para Ecore Brasil S.A. permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.																																																																			
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possuem influência, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:																																																																			
<ul style="list-style-type: none"> Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar nossos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar nossa opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. 																																																																			
<p>Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma</p> <p>31.1. Dividendos e Juros sobre capital próprios distribuídos pelas controladas:</p> <table border="1"> <tr> <td>Dividendos e JSCP distribuídos</td> <td>2025</td> <td>2024</td> </tr> <tr> <td>Ecore Soluções em Tecnologia da Informação Ltda.</td> <td>56.850</td> <td>52.920</td> </tr> <tr> <td>MLV Produtos e Serviços em Tecnologia da Informação Ltda.</td> <td>13.900</td> <td>10.200</td> </tr> <tr> <td>JSCP - Ecore Soluções em Tecnologia da Informação Ltda.</td> <td>492</td> <td>536</td> </tr> <tr> <td>JSCP - MLV Produtos e Serviços em Tecnologia da Informação Ltda.</td> <td>165</td> <td>176</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>71.407</td> <td>63.832</td> </tr> </table> <p>31.2. Dividendos pagos: Dividendos pagos apresentados na Nota 23.</p> <p>31.3. Empréstimos captados com partes relacionadas:</p> <table border="1"> <tr> <td>Empréstimos captados com partes relacionadas</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Empréstimos do pessoal-chave da administração à empresa</td> <td>2025</td> <td>2024</td> </tr> <tr> <td>Em 1º janeiro</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Captações</td> <td>31.200</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Juros incorridos</td> <td>1.394</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Pagamentos efetuados</td> <td>(12.494)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Em 31 de dezembro</td> <td>20.100</td> <td>-</td> </tr> </table> <p>31.4. Empréstimo com pessoas ligadas (Passivo):</p> <table border="1"> <tr> <td>Empréstimo com pessoas ligadas (Nota 22)</td> <td>31/12/2025</td> <td>31/12/2024</td> </tr> <tr> <td>Acionistas</td> <td>20.100</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td></td> <td>20.100</td> <td>-</td> </tr> </table> <p>32. Seguros: A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação de seus negócios. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Bens segurados</th> <th>País</th> <th>Riscos cobertos</th> <th>Montante da cobertura</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Seguro Patrimonial</td> <td>Brasil</td> <td>Incêndio, queda de raio, queda de aeronave, explosão ou implosão, danos elétricos, roubo/furto, vendaval etc</td> <td>R\$ 6.000.000,00</td> </tr> </tbody> </table> <p>Adicionalmente, a Companhia mantém apólices específicas para responsabilidade civil e riscos cibernéticos.</p> <p>33. Outras divulgações sobre o fluxo de caixa: As variações cambiais líquidas e os instrumentos financeiros, apresentados no fluxo de caixa, não afetam o saldo de caixa. Elas representam o montante contabilizado pelo regime de competência e, portanto, sem impacto efetivo no fluxo de caixa apresentado.</p> <p>34. Eventos subsequentes: 34.1. Captação de Recursos - Capital de Giro: Em janeiro de 2026, as empresas subsidiárias Ecore Soluções em Tecnologia da Informação Ltda. e a MLV Produtos e Serviços em Tecnologia da Informação Ltda., formalizaram operações de crédito junto a uma instituição financeira de primeira linha no montante total de R\$ 14.000 (quatorze milhões de reais) e R\$ 6.000 (seis milhões de reais), respectivamente. Os recursos captados têm como objetivo principal o reforço do capital de giro frente a gastos para expansão dos negócios e a otimização da estrutura de liquidez das operações, suportando o descasamento temporal de recebíveis e o fluxo de caixa operacional. A operação possui cronograma de amortização definido em parcelas mensais, com vencimento final em junho de 2027, e está sujeita a encargos financeiros compatíveis com as taxas praticadas pelo mercado, para operações de perfil e risco similares.</p>												Dividendos e JSCP distribuídos	2025	2024	Ecore Soluções em Tecnologia da Informação Ltda.	56.850	52.920	MLV Produtos e Serviços em Tecnologia da Informação Ltda.	13.900	10.200	JSCP - Ecore Soluções em Tecnologia da Informação Ltda.	492	536	JSCP - MLV Produtos e Serviços em Tecnologia da Informação Ltda.	165	176	Total	71.407	63.832	Empréstimos captados com partes relacionadas			Empréstimos do pessoal-chave da administração à empresa	2025	2024	Em 1º janeiro	-	-	Captações	31.200	-	Juros incorridos	1.394	-	Pagamentos efetuados	(12.494)	-	Em 31 de dezembro	20.100	-	Empréstimo com pessoas ligadas (Nota 22)	31/12/2025	31/12/2024	Acionistas	20.100	-		20.100	-	Bens segurados	País	Riscos cobertos	Montante da cobertura	Seguro Patrimonial	Brasil	Incêndio, queda de raio, queda de aeronave, explosão ou implosão, danos elétricos, roubo/furto, vendaval etc	R\$ 6.000.000,00
Dividendos e JSCP distribuídos	2025	2024																																																																	
Ecore Soluções em Tecnologia da Informação Ltda.	56.850	52.920																																																																	
MLV Produtos e Serviços em Tecnologia da Informação Ltda.	13.900	10.200																																																																	
JSCP - Ecore Soluções em Tecnologia da Informação Ltda.	492	536																																																																	
JSCP - MLV Produtos e Serviços em Tecnologia da Informação Ltda.	165	176																																																																	
Total	71.407	63.832																																																																	
Empréstimos captados com partes relacionadas																																																																			
Empréstimos do pessoal-chave da administração à empresa	2025	2024																																																																	
Em 1º janeiro	-	-																																																																	
Captações	31.200	-																																																																	
Juros incorridos	1.394	-																																																																	
Pagamentos efetuados	(12.494)	-																																																																	
Em 31 de dezembro	20.100	-																																																																	
Empréstimo com pessoas ligadas (Nota 22)	31/12/2025	31/12/2024																																																																	
Acionistas	20.100	-																																																																	
	20.100	-																																																																	
Bens segurados	País	Riscos cobertos	Montante da cobertura																																																																
Seguro Patrimonial	Brasil	Incêndio, queda de raio, queda de aeronave, explosão ou implosão, danos elétricos, roubo/furto, vendaval etc	R\$ 6.000.000,00																																																																
 <p>Audidores Independentes Ltda. - CRC 2SP000160/F-6 Marcelo de Souza Prado Nicolau - Contador CRC 1SP255758/O-9</p>																																																																			

Soluções em Gestão Prisional SGP – SPE S.A. CNPJ 53.922.796/0001-04

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em Reais)							
ATIVO	Nota	31.12.2025 R\$	31.12.2024 R\$	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31.12.2025 R\$	31.12.2024 R\$
Circulante:				Circulante:			
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.148.028	17.087.753	Fornecedores	10	71.174	-
Impostos a recuperar / compensar	5	93.465	58.367	Obrigações trabalhistas	11	1.635	2.464
Despesas antecipadas	6	94.102	133.547	Obrigações tributárias	12	174.940	378.331
Outros créditos	7	9.000	11.549	Provisões trabalhistas	13	4.816	1.376
Total do Ativo Circulante		7.344.595	17.291.216	Total do Passivo Circulante		252.565	382.171
Não Circulante:				Não Circulante:			
Realizável a longo prazo:				Exigível a Longo Prazo:			
Ativo financeiro em formação	8	3.095.503	2.355.301	Outras obrigações	14	8.473.616	13.624.000
		3.095.503	2.355.301	Total do Exigível a Longo Prazo		8.473.616	13.624.000
Imobilizado	9	74.742	83.660	Patrimônio Líquido:			
		74.742	83.660	Capital social	15	14.936.382	14.936.382
				Reserva de Lucros		(13.147.723)	(9.212.276)
Total do Ativo Não Circulante		3.170.245	2.438.961	Total do Patrimônio Líquido		1.788.659	5.724.006
TOTAL ATIVO		10.514.840	19.730.177	TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		10.514.840	19.730.177

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em Reais)				
	Nota	Capital Social R\$	Lucros/(Prejuízos) Acumulados R\$	Total R\$
Saldos em 31 de dezembro de 2023		-	-	-
Integralização de capital		14.936.382		14.936.382
Resultado do exercício 2024			(9.212.376)	(9.212.376)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		14.936.382	(9.212.376)	5.724.006
Resultado do exercício 2025			(3.935.347)	(3.935.347)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		14.936.382	(13.147.723)	1.788.659

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
 Constituída em 18 de janeiro de 2024, a Soluções em Gestão Prisional - SGP SPE S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul, que tem por único e exclusivo objeto social explorar a concessão administrativa dos serviços de apoio à operação do Complexo Prisional de Erechim (incluindo atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares desenvolvidas no Complexo Prisional de Erechim e os serviços de assistência material, à saúde, educacional, social e religiosa aos presos), nos termos, prazos e condições estabelecidas no Contrato de Concessão Administrativa, objeto do processo de licitação em conformidade com o Edital de Concorrência Pública Internacional nº 0011/2023, Processo Adm. nº 22/1300-0000515-9, publicado pelo Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria de Sistemas Penal e Socioeducativo – SSPS ("Contrato de Concessão").
 A Companhia tem prazo de duração de 30 (trinta) anos, contados a partir da data em que o Contrato de Concessão se tornar plenamente eficaz, prazo esse a ser prorrogado à medida em que houver prorrogação do prazo do Contrato de Concessão ou à medida em que for necessário para o cumprimento de obrigações oriundas do Contrato de Concessão.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Bases de preparação
 As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, determinadas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, bem como pelos pronunciamentos técnicos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), sendo divulgadas para o primeiro exercício social relativo ao ano de constituição da Sociedade.
 As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 3.
2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação
 As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Soluções em Gestão Prisional – SGP SPE S.A. e, também, a sua moeda de apresentação.

2.3. Apuração do Resultado
 O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador e é provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Companhia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa
 Compreendem dinheiro em caixa e depósitos bancários, demonstrados ao custo. Aplicações financeiras, quando existentes, são demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o resultado do exercício.

2.5. Ativos financeiros
 A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.
a) Mensurados ao valor justo por meio do resultado - Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:
 • For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo;
 • No reconhecimento inicial por parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Empresa administra em conjunto e possuir um padrão real recente de obtenção de lucros em curto prazo; ou
 • For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de hedge efetivo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

b) Mensurados ao custo amortizado - São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).
c) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge - Durante os exercícios de 2025 e de 2024, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos (operações de hedge, swap, contratos a termo e outras) e realiza a avaliação de seus ativos e passivos financeiros. Os valores de mercado dos instrumentos financeiros, ativos e passivos tais como: disponibilidades e títulos e valores mobiliários, registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2024, não apresentam valores de mercado significativamente diferentes dos reconhecidos nos balanços, considerando os critérios de atualização contratados.

Nas atividades operacionais não há exposição significativa a riscos de mercado relacionados a variações cambiais. A Empresa adota políticas e procedimentos para administrar situações e que possa haver impactos decorrentes desse risco.
 Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Empresa e suas controladas estão determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada.
 Como consequência, tais estimativas podem não refletir, necessariamente, os montantes que poderão ser efetivamente realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas.

2.6. Ativos e passivos circulantes
 Ativos são demonstrados por seu valor de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos de encargos incorridos, quando aplicável. Os direitos realizáveis e as obrigações, quando vencíveis após 12 meses subsequentes à data do balanço, são considerados como não circulantes.

2.7. Os créditos a receber
 São registrados pelos valores prováveis de realização, quando aplicável líquidos de provisão para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

2.8. Imobilizado
 É demonstrado ao custo de aquisição ou produção. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas mencionadas na Nota 9, levando em consideração o prazo de vida útil estimado dos bens.
 Um item do imobilizado é baixado quando alienado ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Qualquer ganho ou perda na baixa do ativo (calculado como a diferença entre o valor líquido da venda do ativo e seu valor contábil) é reconhecido no resultado no exercício em que o ativo for baixado. Se houver qualquer indicação de uma mudança significativa na taxa de depreciação, no prazo de vida útil ou no valor contábil líquido de um ativo, a depreciação desse item é revisada de forma prospectiva para refletir as novas expectativas.

2.9. Provisões
 A Companhia reconhece um gasto como provisão quando: (a) tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, (b) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (c) o valor pode ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

2.10. Redução ao valor recuperável
 Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (impairment), o valor contábil do ativo é testado. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, ou seja, o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

2.11. Impostos sobre vendas e serviços
 Estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições obrigatórias, de acordo com as alíquotas demonstradas a seguir:

Impostos e Contribuições Sociais	Alíquotas
PIS	0,65%
COFINS	3%
ISS	2,00% a 5,00%

Essas despesas são demonstradas como deduções de vendas no resultado. As tributações de de PIS e COFINS sobre faturamento são apuradas com base no regime cumulativo, sendo que sobre as receitas financeiras há incidência de Cofins e PIS com alíquotas de 4% e 0,65% respectivamente.

2.12. Novas normas, alterações e interpretação das normas
(a) Alterações de normas adotadas pela Sociedade
 As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025:
 NBC TG 18 (R4) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 28 - Em 3 de outubro de 2024 o CFC publicou a alteração NBC TG 18 (R4) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 28. Esta Norma entrou em vigor no dia 1º de janeiro de 2025. Entretanto, em razão de sua aplicabilidade, não houve reflexos sobre as demonstrações contábeis da Sociedade.

(b) Normas novas que ainda não estão em vigor
 NBC TDS 01 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade - Em 29 de outubro o CFC publicou a aprovação dessa norma que exige que a entidade divulgue informações sobre todos os riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade que poderiam afetar razoavelmente os seus fluxos de caixa, seu acesso a financiamento ou custo de capital no curto, médio ou longo prazo. Os riscos e oportunidades são conjuntamente referidos como "riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade que poderiam afetar razoavelmente as perspectivas da entidade". Essa Norma também prescreve como a entidade deve preparar e comunicar suas divulgações financeiras relacionadas à sustentabilidade, estabelecendo requisitos gerais para o conteúdo e a apresentação dessas divulgações.
 Esta Norma deverá ser aplicada aos exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada, e não deverá ter impacto significativo nas demonstrações contábeis da Sociedade.

(c) Normas novas que já estão em vigor
 NBC TG 51 (IFRS 18) - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis - Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade - Publicada pelo CFC em dezembro de 2025, esta norma alinha o Brasil ao padrão internacional IFRS 18. Essa norma substitui o CPC 26 (IAS 1) e altera profundamente a estrutura da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), criando novas categorias de receitas e despesas (vendas, operacionais, investimentos e financiamentos). Embora a aplicação obrigatória seja para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027, as empresas necessitam preparar os dados comparativos já em 2026.
 Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam vir a ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Sociedade.

2.13. Aprovação da emissão das demonstrações financeiras
 A Administração da Companhia aprovou a emissão das presentes demonstrações financeiras em 9 de abril de 2026.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS
 São continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. A estimativa e premissa que apresenta um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos corresponde à expectativa de tempo de realização do ativo financeiro derivado do contrato de concessão.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
 Estão representados da seguinte forma:

	31.12.2025 R\$	31.12.2024 R\$
Bancos conta movimento:		
Bradesco	1	1
Aplicações financeiras:		
Bradesco	7.148.027	17.087.752
	7.148.028	17.087.753

5. IMPOSTOS A COMPENSAR / RECUPERAR

	31.12.2025 R\$	31.12.2024 R\$
IRPJ a compensar	57.426	58.368
IRRF sobre aplicações financeiras	14.907	-
COFINS a recuperar	17.119	-
PIS a recuperar	3.985	-
INSS a recuperar	28	-
	93.465	58.368

6. DESPESAS ANTECIPADAS
 O valor de R\$ 94.102 (R\$ 133.547 em 31 de dezembro de 2024) está representado por pagamentos prêmios de seguro a serem apropriados ao resultado proporcionalmente ao prazo de cobertura das apólices, contratadas em conformidade com as determinações do Contrato de concessão.

7. OUTROS CRÉDITOS

	31.12.2025 R\$	31.12.2024 R\$
Adiantamentos a fornecedores	-	2.549
Depósito em caução de aluguel	9.000	9.000
	9.000	11.549

8. ATIVO FINANCEIRO EM FORMAÇÃO
 O valor de R\$ 3.095.503 (R\$ 2.355.301 em 31 de dezembro de 2024) está representado pelos gastos iniciais correspondentes a obras e serviços de construção executados no objeto do contrato com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul – RS. Os valores serão recebidos em contraprestações futuras, quando iniciadas as atividades operacionais da primeira etapa do Complexo Prisional conforme previsto no Contrato de Concessão.

9. IMOBILIZADO
 Está representado por:

	Móveis e Utensílios	Máquinas, Equipamentos e Aparelhos	Total
Saldo contábil líquido			
31.12.2024	79.733	3.927	83.660
Depreciação	(8.498)	(420)	(8.918)
Em 31 de dezembro de 2025	71.235	3.507	74.742
Custo	84.974	4.200	89.174
Depreciação acumulada	(13.739)	(693)	(14.432)
Saldo contábil líquido			
31.12.2025	71.235	3.507	74.742

10. FORNECEDORES
 O valor de R\$ 71.174 correspondente a débitos com diversos fornecedores de materiais e prestadores de serviços, vencíveis no exercício seguinte.

Seguradora	Risco coberto	Vigência	Cobertura R\$
Mapfre Seguros Gerais S/A	Responsabilidade Civil Geral	25/07/2024 a 25/07/2026	5.000.000
Tokio Marine Seguradora	Riscos Financeiros - Concessão	26/03/2025 a 26/03/2026	45.000.000
Mapfre Seguros Gerais S/A	Riscos de Eng. Peq. e Médias Obras	25/07/2024 a 25/07/2027	36.260.333

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a revisão sobre a suficiência de cobertura de seguros, o que foi determinado pela Administração da Companhia como suficiente para cobrir eventuais sinistros.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2025 (Em Reais)			
	Nota	31.12.2025 R\$	31.12.2024 R\$
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		295.687	2.355.301
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS		(295.687)	(2.355.301)
Construção	16	(295.687)	(2.355.301)
RESULTADO BRUTO		-	-
Despesas Gerais e Administrativas			
Pessoal		(55.922)	(20.447)
Legais e jurídicas	17	(356.540)	(4.665.530)
Serviços de terceiros	18	(2.254.391)	(4.236.537)
Tributárias		(277.596)	(3.757)
Depreciação e amortização	9	(8.917)	(5.514)
Seguros	21	(439.110)	(323.264)
Viagens		(324.197)	(201.484)
Outras receitas / (despesas) operacionais	19	(227.277)	(235.029)
		(3.943.950)	(9.691.562)
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(3.943.950)	(9.691.562)
Receitas / (Despesas) financeiras	20	8.603	722.601
RESULTADO ANTES DO IRPJ E CSLL		(3.935.347)	(8.968.961)
Imposto de renda e contribuição social		-	(243.415)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(3.935.347)	(9.212.376)
Resultado por ação		(0,263)	(0,617)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2025 (Em Reais)			
		31.12.2025 R\$	31.12.2024 R\$
Caixa Gerado nas Atividades Operacionais:			
Resultado do Exercício		(3.935.347)	(9.212.376)
Ajustes ao Resultado Líquido:			
Depreciação e amortização		8.917	5.514
Provisões diversas		3.440	1.376
		(3.922.990)	(9.205.486)
(Aumento)/Diminuição em Contas de Ativo:			
Tributos a compensar/recuperar		(35.097)	(58.367)
Despesas antecipadas		39.445	(133.547)
Ativo financeiro em formação		(740.202)	(2.355.301)
Outros créditos		2.549	(11.549)
Aumento/(Diminuição) em Contas de Passivo:			
Fornecedores		71.174	2.464
Obrigações trabalhistas		(829)	(2.464)
Obrigações tributárias		(203.391)	378.331
Outras obrigações		(5.150.384)	13.624.000
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais		(9.939.725)	2.240.545
Caixa Utilizado nas Atividades de Investimento:			
Integralização de capital		-	14.936.382
Aquisição de imobilizado		-	(89.174)
		-	14.847.208
Caixa Líquido Gerado no Exercício:		(9.939.725)	17.087.753
Saldo das Disponibilidades no Início do Exercício		17.087.753	-
Saldo das Disponibilidades no Final do Exercício		7.148.028	17.087.753

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

11. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS			
	31.12.2025 R\$	31.12.2024 R\$	
Salários a pagar	983	1.381	
INSS	510	918	
FGTS	142	165	
	1.635	2.464	

12. OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS			
	31.12.2025 R\$	31.12.2024 R\$	
IRPJ	-	112.445	
CSLL	-	68.088	
ISS	86	-	
IRRF	42.645	48.237	
PIS/Cofins/CSLL retenção	132.209	149.561	
	174.940	378.331	

13. PROVISÕES TRABALHISTAS
 O valor de R\$ 4.816 (R\$ 1.376 em 31 de dezembro de 2024) refere-se ao reconhecimento inicial da provisão de férias considerando os valores proporcionais até a data do balanço, acrescidos dos encargos sociais.

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES
 O valor de R\$ 8.473.616 (R\$ 13.624.000 em 31 de dezembro de 2024) corresponde a recursos obtidos antecipadamente de empresas não vinculadas interessadas no desenvolvimento de parcerias para estruturação de diversas atividades comerciais e de prestação de serviços complementares periféricos ao Complexo Prisional.

Continuação - página 2 Soluções em Gestão Prisional SGP – SPE S.A.	RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	
<p>Aos Administradores da Soluções em Gestão Prisional – SGP SPE S.A. Erechim - RS</p> <p>Opinião Examinamos as demonstrações contábeis da Soluções em Gestão Prisional – SGP SPE S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações no patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de doze meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.</p> <p>Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Soluções em Gestão Prisional – SGP SPE S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p> <p>Base para opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com as normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.</p> <p>Outros Assuntos Aspectos contingenciais: No curso normal de seus negócios a Sociedade está sujeita a inspeções e possíveis reivindicações, principalmente em relação a questões tributárias, trabalhistas e regulamentares governamentais, e terá o direito de se defender no caso de</p>	<p>processos com os quais não concorde. A administração manifesta não ter conhecimento de nenhum processo em curso contra a Sociedade que não esteja apropriadamente divulgado nas demonstrações contábeis.</p> <p>Responsabilidade da administração e da governança pelas Demonstrações contábeis A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.</p> <p>Os responsáveis pela governança da empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.</p> <p>Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectam distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.</p> <p>Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, 	<p>independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Analisamos a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, concluímos que não existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. <p>Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.</p> <p style="text-align: right;">São Paulo, 20 de março de 2026.</p> <p style="text-align: right;">WALTER HEUER – WH AUDITORES INDEPENDENTES CRC-SP000334/O-6</p> <p style="text-align: right;">Gilson Miguel de Bessa Menezes Contador CRC-1RJ017511/O-9 "T"</p>

Jornal do Comércio

O jornal de economia e negócios do RS

**PUBLICIDADE LEGAL
TEM DATA E LOCAL CERTO
PARA SER PUBLICADA**

**O 2º Caderno é publicado diariamente
no digital e no impresso.**

Nosso portal oferece um ambiente confiável para a divulgação de atas, avisos, balanços, comunicados aos acionistas, convocações e editais.



Acesse
o QR Code
e anuncie
no JC



// Tradição
// Credibilidade
// Tecnologia

Siga nossas redes sociais:

Baixe o App:

PUBLICIDADE LEGAL



METALÚRGICA MOR S.A.

CNPJ 95.422.218/0001-40

www.mor.com.br

BR 471, Km 132 - Distrito Industrial - Fone (51) 21067500 - Caixa Postal 145 - Santa Cruz do Sul - RS

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a V.Sas. o Balanço Patrimonial e os respectivos Demonstrativos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e colocando-nos desde já a inteira disposição para o esclarecimento de eventuais dúvidas. Aproveitamos a oportunidade para agradecer aos nossos clientes, fornecedores, representantes, comunidade e em especial aos nossos colaboradores pela dedicação e empenho proporcionados à empresa.

A DIRETORIA,

Santa Cruz do Sul, 10 de abril de 2026.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 - (Em Reais Mil)

ATIVO	2025		2024		PASSIVO	2025		2024			
Ativo Circulante	1.273.062	1.151.317	Passivo Circulante	602.112	492.484	Passivo Não Circulante	102.840	45.502	Patrimônio Líquido	1.004.632	945.460
Caixa e Equivalentes de Caixa	57.261	45.746	Fornecedores	172.267	188.516	Empréstimos e Financiamentos	34.442	33.503	Capital Social	950.000	443.602
Duplicatas a Receber	750.755	665.058	Empréstimos e Financiamentos	283.037	174.822	Contribuições e Impostos a Recolher	8.185	11.999	Reservas de Lucros	54.632	501.858
(-) Perdas com Clientes	(7.839)	(5.739)	Adiantamentos de Clientes	17.851	22.850	Lucros a Distribuir	60.213	0	Total do Passivo	1.709.584	1.483.446
Estoques	407.668	343.282	Salários a Pagar	5.638	4.888						
Impostos a Recuperar	17.192	13.375	Comissões a Pagar	17.229	15.389						
Adiantamentos a Fornecedores	46.309	88.511	Contribuições e Impostos a Recolher	35.406	26.808						
Adiantamentos Diversos	1.300	521	Impostos sobre Lucros	580	975						
Outros Direitos	34	34	Provisão para Férias c/ Encargos	16.811	13.980						
Despesas Antecipadas	381	529	Juros s/ Capital Próprio a Pagar	1.514	1.128						
			Provisão para Verbas Contratuais	34.851	29.110						
Ativo Não Circulante	436.522	332.129	Provisão Contingências Cíveis / Trabalhistas	834	190						
Realizável a Longo Prazo			Provisão p/ Fretes a Pagar	3.088	4.219						
Partes Relacionadas - Créditos com Diretores	3	17	Provisão Indenização Representantes	8.764	6.646						
Dep. Judiciais e Empréstimos Compulsórios	5.811	4.108	Provisão Comissões Exportações	2.550	2.239						
Aplic. Instr. Patrimoniais Outras Empresas	39	39	Provisão E-Commerce	634	521						
Impostos a Recuperar	5.896	4.468	Outras Obrigações	1.058	203						
Notas Promissórias a Receber	2.246	2.246	Passivo Não Circulante	102.840	45.502						
Impostos Diferidos a Compensar	25.553	20.268	Empréstimos e Financiamentos	34.442	33.503						
Imobilizado	394.949	299.624	Contribuições e Impostos a Recolher	8.185	11.999						
Intangível	2.025	1.359	Lucros a Distribuir	60.213	0						
Total do Ativo	1.709.584	1.483.446	Patrimônio Líquido	1.004.632	945.460						

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 - (Em Reais Mil)

	2025	2024
Receita Bruta de Vendas	2.063.895	1.905.620
Deduções e Impostos Sobre Vendas	(450.157)	(423.462)
Imposto de Renda	(94.147)	(91.386)
Impostos sobre Vendas	(329.948)	(306.278)
Devoluções	(26.062)	(25.798)
Receita Operacional Líquida	1.613.738	1.482.158
Lucro Bruto	372.868	372.197
Despesas/Receitas Operacionais	(226.190)	(223.756)
Com Vendas	(56.755)	(53.273)
Gerais e Administrativas	81.263	64.178
Outras Receitas Operacionais	1.247	(47)
Resultados Extraordinários	172.433	159.299
Lucro Antes dos Efeitos Financeiros	172.433	159.299
Despesas Financeiras	(59.259)	(55.143)
Receitas Financeiras	43.082	55.290
Lucro Antes dos Impostos sobre o Lucro	156.256	159.446
Contribuição Social	(5.204)	(9.540)
Imposto de Renda	(13.482)	(23.867)
Lucro Líquido do Exercício	137.570	126.039
Lucro Líquido por Lote de 1000 Ações	5.564,6792	5.356,7512

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 - (Em Reais Mil)

Eventos/Contas	Capital		Res. Lucros		Lucros Acumulados	Total
	Subscrito	Integralizar	Reserva Legal	Res. Sub. Investim.		
Saldo em 31/12/2023	530.000	(127.300)	12.769	34.037	385.013	834.519
Integralização de Capital	0	40.902	0	0	0	40.902
Resultado Líquido do Exercício	0	0	0	0	126.039	126.039
Juros s/Capital Próprio	0	0	0	0	(56.000)	(56.000)
Destinação Resultado:						
Reserva p/Sub. Investimentos	0	0	0	47.670	(47.670)	0
Reserva Legal	0	0	1.118	0	(1.118)	0
Reserva de Lucros Acumulados	0	0	0	0	21.251	(21.251)
Saldo em 31/12/2024	530.000	(86.398)	13.887	81.707	406.264	945.460
Integralização de Capital	0	86.398	0	0	0	86.398
Aumento de Capital	420.000	0	(13.867)	(81.707)	(324.426)	0
Subscrição de Capital	50.000	(50.000)	0	0	0	0
Reversão de Reserva de Lucros	0	0	0	0	(81.838)	81.838
Distribuição de Lucros	0	0	0	0	(81.838)	(81.838)
Resultado Abrangente	0	0	0	704	0	704
Resultado Líquido do Exercício	0	0	0	0	137.570	137.570
Juros s/Capital Próprio	0	0	0	0	(83.500)	(83.500)
Destinação Resultado:						
Reserva p/Sub. Investimentos	0	0	0	48.395	0	(48.395)
Reserva Legal	0	0	284	0	0	(284)
Lucros Distribuídos	0	0	0	0	(162)	(162)
Reserva de Lucros Acumulados	0	0	0	5.229	(5.229)	0
Saldo em 31/12/2025	1.000.000	(50.000)	304	49.099	5.229	1.004.632

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 - (Em Reais Mil)

	2025	2024
Fluxo das Atividades Operacionais	111.376	163.535
Resultado Líquido do Exercício	137.570	126.039
Ajustes do Resultado:		
Resultado Abrangente	704	0
Depreciações e Amortizações	36.931	33.886
Baixas do Imobilizado	57.603	25.938
Provisão p/ Perdas Clientes	2.100	(2.532)
Provisão Verbas Contr. Pagar	5.741	290
Provisão Contingências Trabalhistas	644	117
Provisão p/Fretes a Pagar	(1.131)	(1.548)
Provisão indenização Representantes	2.118	571
Provisão Comissões Exportações	311	(12)
Provisão E-Commerce	113	(182)
Impostos Diferidos a Compensar	(5.285)	(408)
Variáveis do Ativo Circulante	(86.697)	(463)
Duplicatas a Receber	(86.697)	(463)
Estoques	(64.386)	(52.536)
Impostos a Recuperar	(3.817)	820
Adiantamentos a Fornecedores	42.202	(51.569)
Adiantamentos Diversos	(779)	138
Despesas Antecipadas	148	(197)
Variáveis do Passivo Circulante	(16.249)	64.796
Fornecedores	(4.999)	10.713
Adiantamentos de Clientes	750	723
Salários a Pagar	1.840	4.369
Comissões a Pagar	8.598	(5.729)
Contribuições e Impostos a Recolher	(395)	50
Impostos sobre Lucros	2.831	1.985
Provisão p/ Férias c/ Encargos	855	41
Variáveis do Ativo Não Circulante	(1.703)	(686)
Dep. Jud. Empr. Comp.	(1.703)	(686)
Impostos a Recuperar	(1.428)	(3.078)
Variáveis do Passivo Não Circulante	(3.814)	0
Contribuições e Impostos a Recolher	0	11.999
Dep. Jud. Empr. Comp.	0	11.999
Fluxo das Atividades de Investimento	(190.511)	(100.067)
Partes Relacionadas - Créditos com Diretores	14	(17)
Aquisições de Imobilizado	(189.296)	(99.188)
Aquisições de Intangível	(1.229)	(862)
Fluxo das Atividades de Financiamento	90.650	(82.612)
Empréstimos e Financiamentos	109.154	(67.645)
Integralização de Capital	86.398	40.902
Lucros Distribuídos / Pagos	(21.787)	0
Juros s/ Capital Próprio Registrados / Pagar	(83.115)	(55.869)
Variáveis no Caixa e Equivalentes de Caixa	11.515	(19.144)
Caixa e Equivalentes de Caixa	45.746	64.890
No Início do Período	57.261	45.746
No Final do Período	11.515	(19.144)

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

Santa Cruz do Sul, 20 de março de 2026.

DIRETORIA

André Luiz Backes - Presidente
Valmor André Konzen - CEO
Juarez de Jesus Nepumoceno - Diretor de Supply Chain
Juliemara Stoll Andraschko - Diretora de Vendas
Jarbas Jadier Schoenherr - Diretor Industrial

Julia C. Hagemann Backes - Diretora Head de Produtos
André Luiz Backes Filho - Diretor Head de Finanças
Caio Oziel Kohn - Diretor de Comércio Exterior
Michelli de Andrade Bassani - Diretora de Compras

CONTADOR

Cintia Coleraux
Contadora - CRC/RS 94.203/O
CPF 008.072.660-78

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL: A METALÚRGICA MOR S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no município de Santa Cruz do Sul/RS e filiais em São Lourenço da Mata/PE e Barra do Piraí/RJ, tendo como objeto principal o comércio, importação, exportação e industrialização de artigos para camping, esporte e lazer, recreação, praia e náutica, utensílios e utilidades domésticas.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: A Administração entende que as Demonstrações Financeiras representam adequadamente a posição financeira e patrimonial, do desempenho e dos fluxos de caixa da empresa. As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei 6.404/76 alterada pela Lei 11.638/07 e 11.941/09, nos Pronunciamentos e nas Orientações e nas Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelos órgãos reguladores. Observamos ainda que as Demonstrações Financeiras foram auditadas por BARBACOV & CIA - AUDITORES INDEPENDENTES, com emissão do relatório dos auditores sem ressalvas em 20 de abril de 2026 e que o mesmo encontra-se completo na sede da empresa a disposição dos interessados.

NOTA 03 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas Demonstrações Financeiras estão descritas a seguir: a) **Estimativas Contábeis:** A elaboração de Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Empresa use julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução do valor recuperável de ativos, provisão para devedores duvidosos, impostos diferidos, provisão para contingências e mensuração de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Empresa revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. b) **Estoques:** Os estoques de produtos prontos e em elaboração foram avaliados pelo custo de produção, enquanto que os de matéria-prima, material de embalagem e outros estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição o que não superam os valores praticados no mercado nem os valores de recuperação. c) **Investimentos:** Os investimentos em imóveis são registrados pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionado de juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção. Melhorias nos bens

existentes são acrescidas ao imobilizado e custos de manutenção e reparo são lançados a resultado quando incorridos. d) **Imobilizado:** Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionado de juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção. As depreciações (entre 4% e 30%) são computadas pelo método linear, de acordo com as taxas consideradas adequadas. Melhorias nos bens existentes são acrescidas ao imobilizado e custos de manutenção e reparo são lançados a resultado quando incorridos. e) **Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e provisão perdas do valor recuperável, quando aplicável. As amortizações (20%) são computadas pelo método linear, de acordo com as taxas consideradas adequadas. f) **Empréstimos e Financiamentos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (pro-rata temporis). g) **Imposto de Renda e Contribuição Social:** São calculados pelo método do lucro real, com base nas alíquotas vigentes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, para fins de determinação de exigibilidade. h) **Apuração do Resultado:** O resultado das operações (receitas, custo e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. i) **Capital Social:** O Capital Social é de R\$ 1.000.000 (bi), dividido em 24.721.807 ações sem valor nominal, sendo 7.118.204 ordinárias nominativas classe A, 5.925.016 ordinárias nominativas classe B, e 11.678.587 preferenciais nominativas. A totalidade do capital social pertence a acionistas domiciliados no País.

PUBLICIDADE LEGAL

CRÉDITO REAL IMÓVEIS E CONDOMÍNIOS S.A. CNPJ/MF 92.691.633/0001-66 - NIRE 43 3001531 5

Relatório da Administração 2025

Aos Senhores Acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração do Crédito Real Imóveis e Condomínios S.A. apresenta-lhes o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras. O planejamento do ano de 2025 foi definido para a busca da eficiência operacional e o desenvolvimento dos mercados que estamos presentes. A execução do plano foi direcionada para a otimização da estrutura física, despesas de pessoal e de serviços. A agência Floresta, onde centralizávamos a operação de locação foi integralmente transferida para a agência Carlos Gomes (Porto Alegre) e a agência Paulista (São Paulo) foi fechada, visando redução de custos. Além destas providências, a empresa efetuou uma reorganização na unidade de negócios de franquias, visando sua melhor performance, entrega de serviços atualizados e otimização de despesas. Neste diapasão e com base na metodologia OKR, implantada em 2024, foram identificadas oportunidades de otimização da equipe de gestão média, resultando na redução de 8 gerências. Ainda impactados pelos reflexos da enchente e a reestruturação do negócio, o desempenho comercial ficou ligeiramente abaixo do previsto, demandando maior atenção da gestão.

Acompanhamento de gestão: Diante do cenário, esforços de produtividade foram direcionados para os serviços de maior margem e na redução de serviços de terceiros. Com o aumento da inadimplência, amplamente divulgado pela imprensa, a empresa buscou alternativas de serviços de fiança onerosa e garantias de empresas terceiras, para novos contratos de locação, reduzindo a exposição ao risco. A rede de Franquias Crédito Real foi otimizada, conforme planejado, e finalizou o ano com 130 franquias em operação. Os serviços de condomínios foram os menos impactados durante o exercício, restando observação sobre o alto nível de competição neste mercado. Uma série de iniciativas de automação e uso de inteligência artificial foram levadas em frente e a empresa se encontra atualizada tecnicamente com as últimas tendências tecnológicas. Visando redução da despesa financeira, foi realizado aporte de capital complementar no valor de R\$ 8.500.000 para quitação de compromissos de curto prazo e capital de giro. Pelo sexto ano consecutivo a empresa é agraciada com o reconhecimento na gestão de pessoas através da certificação GPTW ("Great Place to Work") e recebeu o Selo de Excelência em Franchising, concedido pela ABF. **Planejamento estratégico:** Para o ano de 2026, foi estabelecido, em conjunto com o Conselho de Administração, o direcionamento estratégico para eficiência operacional e o desenvolvimento dos mercados que já estamos presentes, objetivando o crescimento sustentável da operação. **Governança:** O modelo de Governança adotado segue estável, realizando acompanhamento constante dos resultados alcançados em relação às metas traçadas, revisando o planejamento e ajustando o curso sempre que necessário, fortalecendo nossos diferenciais competitivos no processo de gestão da Companhia. A diretoria.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Balanco Patrimonial dos Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em reais)				
ATIVO	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa.....	6.666.261	4.101.601	6.674.391	4.120.448
Contas a receber.....	35.816.120	27.318.419	35.816.270	27.318.859
Impostos a recuperar.....	2.903.889	2.508.727	2.903.907	2.508.809
Outras contas a receber.....	3.425.229	4.040.521	3.417.694	4.036.003
Total do Ativo Circulante.....	48.411.499	37.969.268	48.812.262	37.984.119
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a Longo Prazo.....	30.851.214	28.363.041	30.851.214	28.363.041
Depósitos judiciais.....	988.737	1.171.544	988.737	1.171.544
Títulos de capitalização.....	1.428.191	1.554.039	1.428.191	1.554.039
Tributos diferidos.....	27.749.272	25.637.458	27.749.272	25.637.458
Outros Recebíveis.....	685.014	-	685.014	-
Outros investimentos.....	60.003	60.003	60.003	60.003
Investimentos em controladas.....	118.800	118.800	-	-
Imobilizado.....	3.498.730	4.069.069	3.498.730	4.069.069
Intangível.....	100.869.621	101.818.354	100.869.621	101.818.354
Total do Ativo Não Circulante.....	135.398.368	134.429.267	135.279.568	134.310.467
TOTAL DO ATIVO.....	184.209.867	172.398.535	184.091.830	172.294.586

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 - (Valores expressos em reais)										
Descrição	Capital Social		Reserva de Lucros			Lucros (Prejuízos) Acumulados	Participação de Não Controladores	Total do Patrimônio Líquido	Total do Patrimônio Líquido	
	Subscrito	A Integralizar	Correção Monetária	Doações e Subvenções	Reserva Legal					Reserva Especial
Saldo em 31.12.2023 ...	35.000.000	-	236	6.646	141.803	134.713	68.144	35.351.542	9.985	35.361.527
Prejuízo do Exercício.....	-	-	-	-	-	-	-	(8.178.912)	4.563	(8.174.349)
Dividendos pagos.....	-	-	-	-	-	-	-	-	(14.502)	(14.502)
Aumento de Capital.....	30.000.000	-	-	-	-	-	-	30.000.000	-	30.000.000
Capital a Integralizar.....	-	(10.000.000)	-	-	-	-	-	(10.000.000)	-	(10.000.000)
Reserva Legal.....	-	-	-	-	(141.803)	-	-	-	-	141.803
Reserva Estatutária.....	-	-	-	-	-	(134.713)	-	-	-	134.713
Reserva Especial.....	-	-	-	-	-	-	(68.144)	-	-	68.144
Saldo em 31.12.2024 ...	65.000.000	(10.000.000)	236	6.646	-	-	-	47.172.630	46	47.172.676
Prejuízo do Exercício.....	-	-	-	-	-	-	-	(7.834.252)	7.610	(6.135.672)
Dividendos pagos.....	-	-	-	-	-	-	-	(6.143.281)	(7.579)	(6.150.860)
Capital Integralizado.....	-	8.685.587	-	-	-	-	-	8.685.587	-	8.685.587
Saldo em 31.12.2025 ...	65.000.000	(1.314.413)	236	6.646	-	-	-	(13.977.534)	76	49.715.011

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis referente aos Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 - (Valores expressos em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Crédito Real Imóveis e Condomínios S.A. é uma Companhia anônima de capital fechado, com sede no Rio Grande do Sul, Capital. A companhia tem por finalidade principal a administração por conta de terceiros mediante comissão, com ou sem "del credere" de propriedades urbanas, suburbanas e rurais e a administração de condomínios horizontais e verticais de imóveis residenciais e não residenciais; comprar, vender, construir e incorporar imóveis; praticar a corretagem de imóveis e seguros e de outros bens; comerciar com materiais de construção e com o que mais convier concernente ao ramo.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com a Lei nº 6.404, de 15/12/1976, que dispõe sobre as Companhias por ações, Lei 11.638 de 28/12/2007 e alterações posteriores e os princípios fundamentais da contabilidade. As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, de acordo com as normas do CPC e rejeitam a Administração da companhia faça julgamentos, estimativas e permissões que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. A demonstração consolidada inclui a controlada Crédito Real Corretora de Seguros Ltda a qual iniciou suas atividades em 02 de março de 2016, tendo por finalidade a corretagem de seguros de todos os ramos. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras da controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração, cuja conclusão foi autorizada pelo Conselho de Administração em 25 de março de 2026.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: a) **Demonstrações Financeiras Consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da companhia e das Companhias controladas indicadas na Nota Explicativa nº 8, e foram elaboradas com base nas normas de consolidação de balanços, NBC TG nº 36 - Demonstrações consolidadas, em conformidade com os seguintes principais aspectos: i) A Companhia e sua Companhia controlada adotam práticas contábeis uniformes para registro de suas operações e avaliação dos elementos patrimoniais; e ii) Os saldos de operações entre as empresas consolidadas estão devidamente eliminados, bem como as participações recíprocas, e estão excluídos do patrimônio líquido e da participação dos acionistas controladores. As participações de acionistas não controladores estão classificadas no patrimônio líquido na apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. b) **Instrumentos Financeiros:** A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia possui aplicações financeiras e recebíveis como ativos financeiros não derivativos. A Companhia reconhece passivos financeiros inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. c) **Caixa e equivalentes de caixa:** Compõe este grupo o saldo de caixa, bancos, contas correntes e aplicações financeiras, registradas pelo custo de aquisição atualizado pelo indexador e/ou taxa de juros efetiva e são de liquidez imediata. d) **Crédito com Clientes:** Os créditos a receber de clientes correspondem a encargos pagos antecipadamente para posterior recebimento e são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação. É constituída uma provisão para perdas estimadas quando existe uma evidência objetiva de que a companhia poderá vir a não receber todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. e) **Investimentos:** Os demais investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para estimativas de perdas, quando aplicável. f) **Imobilizado:** Os itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição, menos a depreciação acumulada e quaisquer perdas não recuperáveis, providenciando laudos, se necessário para ajuste ao valor justo ou custo atribuído. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para que o item específico tenha o uso pretendido. A depreciação é reconhecida de modo a alocar o custo dos ativos menos os seus valores residuais ao longo de sua vida útil estimada, utilizando-se o método linear. As taxas anuais de depreciação estão demonstradas na nota explicativa 6. O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido para seu valor recuperável se o valor contábil estimado for maior do que o valor recuperável por uso ou venda. g) **Intangível:** Ativos intangíveis são saldos remanescentes de investimentos em controladas incorporadas em exercícios anteriores e dispêndios realizados com aquisição de carteiras de clientes de outras Companhias, como registros de marcas e patentes, softwares de computador adquiridos e reconhecidos pelo custo, menos a amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. São amortizados em função do correspondente benefício econômico e ao longo de sua vida útil estimada de cinco a dez anos, utilizando-se o método linear. O ágio por expectativa de rentabilidade futura não é amortizado e tem o seu valor recuperável testado, anualmente visando ao CPC 01 teste de recuperabilidade. h) **Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (Impairment):** A administração da companhia revisa no mínimo anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável efetivo. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando-se o valor contábil líquido dos ativos ao valor recuperável (impairment), em contrapartida do resultado. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. i) **Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores e outras são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e

PASSIVO	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
CIRCULANTE				
Fornecedores.....	2.040.612	3.904.255	2.041.039	3.906.880
Obrigações c/condomínios e locatários.....	74.779.005	72.510.223	74.779.005	72.510.223
Obrigações tributárias.....	2.661.819	1.866.158	2.662.059	1.868.354
Obrigações sociais e trabalhistas.....	5.816.252	5.868.410	5.816.252	5.868.410
Obrigações Estatutárias.....	-	-	-	9.985
Empréstimos e Financiamentos.....	21.102.868	40.106.488	21.102.868	40.106.488
Outras Obrigações.....	794.455	659.018	794.475	659.018
Total do Passivo Circulante.....	107.195.011	124.914.552	107.195.698	124.929.358
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos e Financiamentos.....	26.979.734	-	26.979.734	-
Provisão para contingências.....	200.187	191.353	200.187	191.353
Partes relacionadas.....	120.000	120.000	-	-
Total do Passivo Não Circulante.....	27.299.921	311.353	27.179.921	191.353
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social.....	63.685.587	55.000.000	63.685.587	55.000.000
Reserva de capital.....	6.882	6.882	6.882	6.882
Prejuízos acumulados.....	(13.977.534)	(7.834.252)	(13.977.458)	(7.834.207)
Patrim. líq. atrib. aos controladores.....	49.714.935	47.172.630	49.715.011	47.172.675
Participação de não controladores.....	-	-	1.200	1.200
Total do Patrimônio Líquido.....	49.714.935	47.172.630	49.716.211	47.173.875
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	184.209.867	172.398.535	184.091.830	172.294.586

Demonstração do Resultado - (Valores expressos em reais)				
	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita Líquida dos Serviços.....	88.723.958	88.456.665	88.769.406	88.579.104
Custo dos serviços prestados.....	(67.275.503)	(67.664.728)	(67.308.513)	(67.664.728)
Lucro Bruto.....	21.448.455	20.791.937	21.460.893	20.914.376
Despesas Operacionais.....	(21.759.454)	(24.510.588)	(21.759.454)	(24.617.357)
Gerais e administrativas.....	(31.127.243)	(28.873.845)	(31.127.243)	(28.887.785)
Comerciais.....	(1.613.383)	(1.249.080)	(1.613.383)	(1.249.080)
Depreciações e Amortizações.....	(1.873.703)	(1.983.458)	(1.873.703)	(1.983.458)
Outras rec. (despesas) operacionais.....	12.854.875	7.595.795	12.854.875	7.502.966
Prejuízo Operac. Antes do Resultado Financeiro e dos Impostos.....	(310.999)	(3.718.650)	(298.561)	(3.702.981)
Resultado Financeiro.....	(7.951.630)	(7.649.133)	(7.952.720)	(7.650.166)
Receitas financeiras.....	5.729.110	5.691.004	5.729.110	5.691.004
Despesas financeiras.....	(13.680.740)	(13.340.137)	(13.681.830)	(13.341.170)
Participação nos Lucros das Empresas Investidas por Equivalência Patrimonial.....	7.534	4.518	-	-
Prejuízo Antes do IR e da Contrib. Social.....	(8.255.095)	(11.363.266)	(8.251.281)	(11.353.147)
Imposto de Renda e Contribuição Social.....	2.114.814	3.184.354	2.108.075	3.174.281
Diferidos.....	-	(3.739)	-	(10.073)
Prejuízo do Exercício.....	(6.143.281)	(8.178.912)	(6.143.205)	(8.178.866)
Resultado Atribuído aos:				
Sócios controladores.....	-	-	(6.143.281)	(8.178.912)
Sócios não controladores.....	-	-	76	46
Lucro Líquido do Exercício.....	7.412	7.412	(6.143.205)	(8.178.866)
Ações em circulação no final do exercício.....	828.83	(1.103,47)	-	-
Lucro líq. p/ lote de mil ações do capital social.....	9,06	(6,74)	-	-

Fluxo de Caixa Indireto - (Valores expressos em reais)				
Fluxo de Caixa das Atividades	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Resultado Líquido do Exercício.....	(6.143.281)	(8.178.912)	(6.143.205)	(8.174.349)
Depreciações e amortizações.....	3.135.843	3.127.096	3.135.843	3.127.096
Provisão para contingências líquida.....	-	(1.446.546)	-	(1.446.546)
Provisão Perdas Estimadas com Clientes.....	247.378	3.188.564	247.378	3.188.564
Tributos diferidos.....	(2.111.815)	(3.184.354)	(2.111.815)	(3.184.354)
Perdas com recebíveis.....	10.527	(143.740)	10.527	(143.740)
Rebaixa de Investimentos.....	84.341	(10.000)	84.341	(10.000)
Reversão de provisões p/contingências líquidas.....	(27.404)	(1.446.546)	(27.404)	(1.446.546)
Recuperação Judicial de Despesas.....	(1.032.675)	-	(1.032.675)	-
(-) Lucro Líquido Ajustado.....	(5.837.086)	(6.647.892)	(5.837.010)	(6.643.329)
Aumento/Redução nas Contas:				
Ativas				
Aumento (Redução) de Contas a receber.....	(8.585.139)	1.271.259	(8.584.849)	1.270.820
Aumento (Redução) de Impostos a recuperar.....	(395.163)	380.070	(395.098)	380.264
Aumento (Redução) de outras contas a receber.....	698.213	(1.604.927)	698.213	(1.586.443)
Aumento (Redução) de Depósitos Judiciais.....	182.807	(238.796)	182.807	(238.796)
Aumento (Redução) de Títulos de Capital. a LP.....	125.848	(203.279)	125.848	(203.279)
Passivas				
Aumento (Redução) de Fornecedores.....	(1.838.457)	(7.791.092)	(1.840.656)	(7.803.332)
Aumento (Redução) de Obrig. c/cond. e locatários.....	2.268.782	6.258.994	2.268.782	6.258.994
Aumento (Redução) de Obrig. tributárias CP e LP.....	795.661	(237.937)	793.705	(240.474)
Aumento (Redução) de Obrig. trabalhistas e sociais.....	(77.344)	355.520	(77.344)	355.520
Aumento (Redução) de Obrigações estatutárias.....	-	(2.496)	-	(2.496)
Aumento (Redução) de Outras Obrigações.....	(67.631)	(824.895)	(67.610)	(824.895)
(12.729.508)	(9.282.975)	(12.735.708)	(9.274.850)	
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos				
Aumento (redução) outros Investimentos.....	4.517	-	-	-
Aumento Imobilizado.....	(206.235)	(358.848)	(206.235)	(358.848)
Aumento Intangível.....	(1.165.815)	(447.209)	(1.165.815)	(447.209)
Caixa Líquido Gerado - Ativ. de Investimentos.....	(1.367.532) </			

Tecon Rio Grande S.A.

CNPJ nº 01.640.625/0001-80 - NIRE nº 43300035182

Demonstrações do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				Relatório da Diretoria				Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)							
Nota				Prezados Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. um quadro resumo das demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31/12/2024 e 31/12/2023, a versão completa das mesmas, incluindo o parecer dos auditores independentes, encontra-se disponível para consulta no site https://www.jornaldocomercio.com/publicidade-legal/, na sede administrativa da Companhia, na Av. Almirante Maximiano da Fonseca, 201 4ª Secção da Barra, Rio Grande - RS CEP: 96204-040, ou na sede administrativa do Grupo, na Praia de Botafogo, 186 - 4º andar - Rio de Janeiro, RJ. Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. Porto Alegre, 23/04/2026.				Nota							
31/12/2025	31/12/2024			31/12/2025	31/12/2024			31/12/2025	31/12/2024						
Ativo				Reservas				Fluxo de caixa das atividades operacionais							
Ativo circulante				de				Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social							
Caixa e equivalentes de caixa	3.2	25.865	34.289	estatutária	de	de	de	320.381	270.210						
Contas a receber de clientes	4.3	51.436	58.417	lucros	estatutária	de	de	Ajustes por:							
Contas a receber de partes relacionadas	21.2	7.552	-	tária	Opções	Opções	Opções	Depreciação e amortização	6,2 e 6,3	85.968	73.949				
Estoques	-	9.487	7.180	Opções	de ações	de ações	de ações	Depreciação do direito de uso	7,2	13.579	12.947				
Outros impostos a recuperar	9	4.663	4.744	Opções	Opções	Opções	Opções	Ganho na venda de ativo imobilizado	16	(103)	1.006				
Adiantamento a fornecedores	-	459	585	Opções	Opções	Opções	Opções	Provisão para perdas de crédito esperadas	4,4	(170)	(4.951)				
Derivativos	20,6	-	3.148	Opções	Opções	Opções	Opções	Provisão para riscos tributários, trabalhistas, cíveis e ambientais	11,4	(342)	(740)				
Identificação de seguros a receber	-	4.509	3.301	Opções	Opções	Opções	Opções	Provisão (reversão) de estoque obsoleto	-	(16)	(35)				
Outros ativos circulantes	-	7.545	7.598	Opções	Opções	Opções	Opções	Resultado financeiro	17	32.687	34.669				
Total do ativo circulante	111.516	119.262	119.262	Opções	Opções	Opções	Opções	Benefício pós emprego	-	1.511	164				
Ativo não circulante				Outros resultados abrangentes				(Aumento) redução no ativo							
Depósitos judiciais	-	1.217	1.681	Opções	Opções	Opções	Opções	Contas a receber clientes	4,3	(4.886)	1.712				
Mútuo a receber	21,2	14.176	-	Opções	Opções	Opções	Opções	Estoques	-	(2.291)	(367)				
Outros impostos a recuperar	9	300	5.240	Opções	Opções	Opções	Opções	Impostos a recuperar	9	(1.629)	16.583				
		15.693	6.921	Opções	Opções	Opções	Opções	Depósitos judiciais	-	464	97				
Imobilizado	6,2	535.744	346.180	Opções	Opções	Opções	Opções	Contas a receber com partes relacionadas	21,2	(7.552)	273				
Direito de uso	7,2	278.500	276.337	Opções	Opções	Opções	Opções	Outros ativos operacionais	-	(1.029)	193				
Intangível	6,3	16.740	14.485	Opções	Opções	Opções	Opções	Aumento (redução) no passivo	-	(91.930)	(118.981)				
Total do ativo não circulante	846.677	643.923	643.923	Opções	Opções	Opções	Opções	Fornecedores	-	17.668	642				
Total do ativo	958.193	763.185	763.185	Opções	Opções	Opções	Opções	Salários, provisões e encargos sociais	-	2.255	1.845				
Passivo e patrimônio líquido				Lucro líquido do exercício				Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais							
Passivo				31/12/2025				31/12/2024							
Fornecedores	-	30.972	13.304	Opções	Opções	Opções	Opções	Fluxo de caixa usado nas atividades de investimento	-	(217.231)	(56.931)				
Empréstimos e financiamentos	8,2	126.484	73.217	Opções	Opções	Opções	Opções	Receitas financeiras e juros recebidos	17	7.773	4.741				
Passivos de arrendamento	8,7	31.804	30.364	Opções	Opções	Opções	Opções	Adições ao imobilizado e intangível	6,2 e 6,3	(225.161)	(62.082)				
Contas a pagar de partes relacionadas	21,2	4.312	-	Opções	Opções	Opções	Opções	Venda de imobilizado e intangível	16	157	410				
Salários, provisões e contribuições sociais	18,4	18.878	16.623	Opções	Opções	Opções	Opções	Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(217.231)	(56.931)					
Dividendos a pagar	12,3	53.312	-	Opções	Opções	Opções	Opções	Fluxo de caixa usado nas atividades de financiamento	-	(100.726)	(162.727)				
Imposto de renda e contribuição social a recolher	9	26.177	5.555	Opções	Opções	Opções	Opções	Captação de financiamentos - terceiros	8,4	50.000	26.000				
Impostos a recolher	9	8.953	7.827	Opções	Opções	Opções	Opções	Amortização de financiamentos - terceiros	8,4	(30.000)	(55.000)				
Derivativos	20,6	7.764	-	Opções	Opções	Opções	Opções	Benefícios de arrendamento	8,7	(5.944)	(5.327)				
Outros passivos circulantes	-	10.983	9.702	Opções	Opções	Opções	Opções	Múltiplos a receber	21,2	(14.176)	-				
Total do passivo circulante	319.639	156.592	156.592	Opções	Opções	Opções	Opções	Dividendos pagos	12,3	(100.606)	(128.400)				
Patrimônio líquido				Lucro líquido do exercício				Caixa líquido usado nas atividades de financiamento							
Capital social	12,2	44.265	44.265	Opções	Opções	Opções	Opções	Aumento (redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	(8.424)	7.232					
Reservas de capital	-	7.371	7.371	Opções	Opções	Opções	Opções	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	34.289	27.057				
Reservas de lucros	-	186.435	124.952	Opções	Opções	Opções	Opções	Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3	25.865	34.289				
Outros resultados abrangentes	-	64.612	69.940	Opções	Opções	Opções	Opções	Aumento (redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	(8.424)	7.232					
Total do patrimônio líquido	302.683	246.528	246.528	Opções	Opções	Opções	Opções	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.							
Total do passivo e patrimônio líquido	958.193	763.185	763.185	Opções	Opções	Opções	Opções	Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)							
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				Reservas				Outros resultados abrangentes							
Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				Capital				Benefício							
1. Contexto operacional. O Tecon Rio Grande S.A. ("Companhia") com sede na cidade do Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul foi constituída em 13 de janeiro de 1997 como Companhia de propósito específico para o arrendamento, ampliação e exploração do Terminal de Contêineres do Porto do Rio Grande durante 25 anos prorrogáveis por mais 25 anos, conforme Contrato de Arrendamento firmado junto à Portos RS (sucessora da Superintendência do Porto de Rio Grande), que possui delegação para exploração do porto. Em 7 de março de 2006, o terminal celebrou o primeiro termo aditivo ao contrato de arrendamento, prorrogando o prazo do contrato por mais 25 anos, até fevereiro de 2047. Dentre os compromissos previstos no Contrato de Arrendamento e seu Termo Aditivo, destacam-se os seguintes: • Pagamento mensal pelas instalações e áreas arrendadas; • Pagamento por contêiner movimentado, havendo um compromisso por movimentação mínima contratual (MMC); • Pagamento por tonelada na movimentação de carga e descarga de carga geral. 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras individuais ("demonstrações financeiras") foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas contábeis internacionais ("IFRS Accounting Standards") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando os documentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Todas as declarações relevantes às demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na gestão das atividades da Companhia. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) a mensuração ao valor justo de certos ativos e passivos financeiros (incluindo instrumentos derivativos); e (ii) perdas por redução do valor recuperável de ativos ("impairment"). Essas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Diretoria em 22 de abril de 2026. 2.1. Julgamentos contábeis críticos e principais fontes de incerteza das estimativas. A preparação das demonstrações financeiras exige o uso de estimativas e julgamentos para certas operações que refletem o reconhecimento e a mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela administração. Os resultados reais podem diferir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos materiais aplicados pela Companhia na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas nas notas explicativas a seguir:				Nota				Opções				Ajuste de avaliação			
2.2. Novas normas adotadas em 1 de janeiro de 2025. As alterações em normas e interpretações emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e referendadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), com vigência obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2025, foram avaliadas pela Administração. A Companhia concluiu que a adoção dessas atualizações não produziu efeitos materiais em suas demonstrações financeiras, uma vez que as práticas contábeis vigentes já estavam substancialmente alinhadas aos novos requisitos. • Alterações ao IAS 21 / CPC 02 – Falta de Conversibilidade: Esta alteração estabelece critérios para avaliar se uma moeda é conversível em outra e define a metodologia para determinar a taxa de câmbio a ser utilizada quando a conversibilidade plena não está disponível. 2.3. Normas emitidas, mas que ainda não estão vigentes. Abaixo, destacamos os pronunciamentos e alterações emitidos pelo IASB/CPC que possuem aplicação futura. A Companhia não optou pela adoção antecipada e está em processo de avaliação dos impactos potenciais:				31 de dezembro de 2023				31 de dezembro de 2024				31 de dezembro de 2025			
Melhorias anuais às IFRS – Volume 11				12				12				12			
Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros – Alterações às CPC 48/IFRS 9				44.265				8.853				8.853			
Demonstrações Financeiras Consolidadas (IFRS 18 / CPC 26)				7.371				7.371				7.371			
Demonstrações Financeiras Consolidadas (IFRS 19 / CPC 36)				101.974				101.974				101.974			
2.4. Moeda funcional das demonstrações financeiras. A moeda funcional da Companhia é determinada como a moeda do cenário econômico primário em que opera. Observando esses aspectos, a administração definiu como moeda funcional da Companhia o Real, já que esta é a moeda que melhor reflete o ambiente econômico no qual a Companhia está inserida. Transações em outras moedas, que não a moeda funcional da entidade (moeda estrangeira), são convertidas pela taxa de câmbio corrente da data da transação. Ao final de cada período de divulgação, ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos pela taxa de câmbio do respectivo período. 3. Caixa e equivalentes de caixa. 3.1. Política contábil. Caixa e equivalentes de caixa compreendem valores em caixa, contas bancárias e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez imediatamente conversíveis a valores conhecidos de caixa e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. 3.2. Composição de caixa e equivalentes de caixa				161.303				161.303				161.303			
Denominado em Reais				12				12				12			
Fundo de investimento em renda fixa – fundo de investimento exclusivo				49.025				49.025				49.025			
Caixa e bancos				161.303				161.303				161.303			
Total de caixa e equivalentes de caixa				25.865				25.865				25.865			
31 de dezembro de 2025				31 de dezembro de 2024				31 de dezembro de 2023				31 de dezembro de 2022			

Tecon Rio Grande S.A.

CNPJ nº 01.640.625/0001-80 - NIRE nº 43300035182

13.3. Informação desagregada da receita. A tabela abaixo mostra a desagregação da receita líquida da Companhia referente a contratos com clientes:

	31/12/2025	31/12/2024
Movimentação de contêineres	337.528	284.241
Serviços auxiliares	185.223	143.119
Armazenagem	166.470	164.131
Outros serviços	1.181	1.797
Total	690.402	593.288

13.4. Saldo do contrato. O valor contábil do contas a receber operacional no final do período era de R\$51,4 milhões (31 de dezembro de 2024: R\$58,4 milhões). Esses valores incluem R\$10,5 milhões (31 de dezembro de 2024: R\$24,9 milhões) de ativos contratuais (contas a receber não faturados). Os detalhes estão divulgados na nota 4.

14. Custo dos serviços

	31/12/2025	31/12/2024
Salários e encargos	(98.680)	(80.288)
Depreciação e amortização	(37.581)	(29.537)
Custos de operações	(35.106)	(32.247)
Mão de obra e serviços terceiros	(24.905)	(25.593)
Custos operacionais e com materiais	(17.264)	(14.693)
Manutenção de serviços	(13.908)	(11.258)
Depreciação do direito de uso	(11.984)	(11.389)
Aluguéis	(634)	(1.608)
Outros	(198)	(159)
Total	(240.260)	(206.772)

15. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2025	31/12/2024
Salários e encargos	(38.992)	(32.620)
Serviços contratados	(8.159)	(3.959)
Higienização e limpeza	(2.383)	(2.262)
Viagens	(1.711)	(1.225)
Aluguel	(1.357)	(1.479)
Depreciação e amortização	(1.241)	(1.352)
Energia	(1.005)	(807)
Manutenção	(745)	(338)
Depreciação do direito de uso	(340)	(361)
Outros	(4.599)	(3.650)
Total	(60.532)	(48.053)

16. Outras receitas (despesas) operacionais

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas	9.660	10.515
Recuperação de despesas com impostos	5.240	4.709
Ganho com despesas de sinistro	3.426	-
Provisão para perdas de crédito esperadas	170	4.951
Ganho na venda do ativo imobilizado	157	410
Aluguel de imóveis	-	252
Outras receitas operacionais	667	193
Despesas	(42.290)	(39.814)
Rateio corporativo	(39.856)	(37.054)
Provisões e contingências processuais	(1.611)	(159)
Impostos, taxas e contribuições	(747)	(234)
Custo na venda do ativo imobilizado	(54)	(1.416)
Perdas em operações de crédito	-	(930)
Outras despesas operacionais	(22)	(21)
Total	(32.630)	(29.299)

17. Resultado financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas	13.299	7.405
Ganho com a remensuração de ativos financeiros a VJR	7.761	4.278
Variação cambial sobre financiamentos	3.148	-
Atualização monetária de tributos	1.612	998
Receita de juros – terceiros	678	456
Rendimento de aplicações financeiras	12	7
Receita financeira com partes relacionadas	88	-
Receita de instrumentos financeiros derivativos - swap cambial	-	1.666
Despesas	(45.986)	(42.074)
Despesa de juros sobre arrendamentos	(25.655)	(24.927)
Despesa de juros sobre financiamentos	(9.536)	(14.424)
Perda de instrumentos financeiros derivativos – swap cambial	(5.528)	-
Perdas cambiais em investimentos	(4.033)	(380)
Impostos sobre transações financeiras	(855)	(358)
Despesa de juros - terceiros	(4)	(22)
Perdas cambiais em financiamentos	-	(1.837)
Outras despesas Financeiras	(375)	(126)
Total	(32.687)	(34.669)

18. Benefícios a empregados. 18.1. Política contábil. Benefícios de curto prazo a empregados – salários, férias e encargos. Os pagamentos de benefícios de curto prazo a empregados como salários ou férias e os respectivos encargos são mensalmente reconhecidos na demonstração de resultados pelo regime de competência. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago se a Companhia tiver uma obrigação legal presente ou constituída de pagar esse valor em função do serviço já prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada com segurança. **Benefícios de curto prazo a empregados – programa de participação nos resultados.** A Companhia adota o programa de participação nos lucros com base em contribuições de equipes e unidades de negócio e no desempenho geral da Companhia através de geração de caixa operacional. A Companhia cria uma provisão com base na mensuração periódica do cumprimento de suas metas e resultados, respeitando o regime de competência da obrigação presente resultante de um evento passado no valor estimado da saída de recursos no futuro. **Benefícios de longo prazo a empregados – plano de contribuição definida (previdência privada).** O objetivo do plano de previdência privada é permitir que o funcionário e a Companhia façam contribuições mensais para criar um fundo que será usado na aposentadoria, sendo a participação opcional. As obrigações desse benefício aos funcionários são reconhecidas como despesa quando o serviço é executado. **Benefícios de longo prazo a empregados – planos de saúde definidos (benefício pós-emprego).** A obrigação líquida da Companhia em relação a planos de saúde definidos é calculada separadamente para cada plano ao estimar o valor do benefício futuro que os funcionários receberão pelos serviços executados no período atual e em períodos anteriores. O benefício é descontado para determinar seu valor presente. O cálculo da obrigação do plano de saúde definido é feito anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. As mensurações da obrigação líquida do plano de saúde, que incluem ganhos e perdas atuariais, são imediatamente reconhecidas em outros resultados abrangentes. Os juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de saúde definido são reconhecidas no resultado. **18.2. Estimativas e julgamentos contábeis críticos.** Benefícios de longo prazo a empregados – planos de saúde definidos (benefício pós-emprego). Os valores reconhecidos para os benefícios a funcionários dependem de vários fatores que são determinados com base em cálculos atuariais que utilizam diversas premissas para determinar os custos e os passivos. Uma das premissas utilizadas é a determinação e utilização da taxa de desconto. Quaisquer alterações nessas premissas afetam os registros contábeis feitos. A Companhia, junto com atuários externos, revisa no final de cada exercício as premissas que serão utilizadas para o próximo exercício. Essas premissas são utilizadas para determinar o valor justo das obrigações, os custos e despesas e os valores futuros estimados de saída de caixa.

18.3. Valores reconhecidos no resultado

	31/12/2025	31/12/2024
Benefícios de curto prazo a empregados	(135.641)	(112.221)
Benefícios de longo prazo a empregados - benefício pós-emprego	(1.511)	(164)
Benefícios de longo prazo a empregados - previdência privada	(520)	(523)
Total	(137.672)	(112.908)

18.4. Salários, provisões e contribuições sociais

	31/12/2025	31/12/2024
Participação nos lucros e gratificações	9.115	8.010
Provisões de salários e férias	7.176	6.348
Encargos sociais	2.587	2.265
Total	18.878	16.623

19. Gestão de riscos. Gestão integrada de riscos. A Companhia tem uma política de gerenciamento de riscos, onde essa política define uma série de conceitos, diretrizes e responsabilidades a fim de garantir a excelência da gestão integrada de riscos da Companhia. O propósito dessa política é garantir que possíveis impactos adversos e oportunidades sejam formalmente gerenciados, incorporando uma visão de riscos na tomada de decisões estratégicas, de acordo com as melhores práticas de mercado. A gestão de riscos financeiros está detalhada na nota 20. **Gestão de risco de capital.** A Companhia gerencia seu capital com o intuito de garantir que suas empresas continuem operando de forma a proporcionar o máximo de retorno aos seus acionistas por meio da otimização de sua estrutura de capital. A estrutura de capital da Companhia consiste em dívida de longo prazo e inclui empréstimos e passivos de arrendamento, caixa e equivalentes de caixa e capital próprio atribuível aos acionistas da Companhia, incluindo capital social, reservas e lucros acumulados divulgados nas demonstrações de mutação do patrimônio líquido. A Companhia capta empréstimos para financiar projetos de capital e utiliza o fluxo de caixa desses projetos para pagar as amortizações. O capital de giro é financiado através do caixa gerado pelas atividades operacionais. Não houve alteração relevante na política da Companhia com relação à gestão de capital no ano. **Risco de mudança climática.** A Companhia está exposta a riscos e oportunidades relacionados ao clima. As duas principais categorias de risco são risco de transição e risco físico. Riscos de transição são aqueles que se referem à transição para uma economia de baixo carbono e incluem riscos de política, riscos legais, riscos de tecnologia, riscos de mercado e riscos de reputação. Riscos físicos são aqueles que se referem aos impactos físicos de mudança climática que podem ser graves (aumento de frequência e gravidade de eventos climáticos) ou crônicos (devido a alterações de longo prazo nos padrões climáticos). A Companhia é mais afetada por riscos físicos através de sua exposição a alterações climáticas graves e crônicas. Entretanto, é importante considerar os riscos de transição e os riscos de litígio relacionados ao clima. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia avaliou riscos relativos à mudança climática, incluindo

aqueles relativos a requisitos regulamentares existentes e emergentes, bem como outros riscos de transição e físicos. O processo de gestão de riscos climáticos da Companhia se baseia no monitoramento de emissões de gases de efeito estufa, mares e dados oceânicos, e alterações e impactos sofridos pelos clientes. Isso permite que a Companhia minimize riscos em potencial e identifique oportunidades, especialmente quanto à redução de suas emissões diretas, e continue adotando tecnologias de ponta para reduzir suas emissões de gases de efeito estufa. O Conselho está atento para entender que as principais iniciativas ambientais, sociais e de governança (ESG) da Empresa estão sendo desenvolvidas e/ou implementadas para reduzir os riscos inerentes ao clima e exposições associadas, como metas de emissões relacionadas ao clima para a Companhia. A Empresa continuará relatando suas divulgações TCFD (*Taskforce for Climate-related Financial Disclosures*), que impulsionaram uma abordagem mais focada na estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia para monitorar e gerenciar riscos relacionados ao clima. É ambição do Conselho garantir que esses riscos e oportunidades relacionadas sejam examinados em profundidade e em horizontes de tempo com uma discussão clara das implicações estratégicas e ações de mitigação. **20. Instrumentos financeiros. 20.1. Política contábil. Gestão de riscos financeiros.** A Companhia está sujeita a certos riscos financeiros, como risco de mercado, de liquidez e de crédito, que são gerenciados através de uma avaliação sistemática do risco que a Companhia e suas controladas estão sujeitas, levando em consideração condições atuais do mercado e projeções orçamentárias de resultados e investimentos a fim de garantir liquidez, rendimento e previsibilidade no fluxo de caixa da Companhia.

Risco	Natureza	Possibilidades de gestão de risco
Risco de mercado – câmbio de moeda estrangeira	Instrumentos financeiros não denominados em real	Derivativos, hedge natural e hedge de fluxo de caixa relativos à receita de exportação futura da Companhia
Risco de mercado – taxa de juros	Empréstimos e financiamentos indexados a diversas taxas de juros, incluindo, mas não limitado a, CDI, IPCA e TJLP	Swap e financiamentos pré-fixados
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas	Reservas de caixa adequadas e empréstimos/financiamento. Diversificação da carteira e políticas de monitoramento dos indicadores de liquidez dos stakeholders
Risco de crédito	Contas a receber, garantias, adiantamentos a fornecedores e outros investimentos financeiros	

Instrumentos financeiros. A Companhia classifica os instrumentos financeiros com base em seu modelo de negócio de gestão de ativos e nas características do fluxo de caixa contratual desses ativos. O teste do modelo de negócios determina a classificação com base no objetivo do ativo do negócio e se os fluxos de caixa contratuais representam somente os pagamentos do principal e de juros. Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado (“VJR”) a menos que certas condições que permitam uma mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) ou pelo custo amortizado sejam atendidas. Ganhos e perdas com instrumentos de dívida são reconhecidos como receita em outros resultados abrangentes quando forem baixados. Investimentos em instrumentos patrimoniais são mensurados pelo VJR a menos que sejam elegíveis para mensuração pelo VJORA, cujos ganhos e perdas não são recidados para receita. Todas as obrigações financeiras são inicialmente mensuradas pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e mensurados pelo custo amortizado e atualizados usando o método da taxa efetiva de juros. Os instrumentos derivativos permanecem classificados na categoria VJR. A Companhia não possui histórico de transferência entre os instrumentos financeiros mensurados pelo VJR, VJORA ou custo amortizado. A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. **Valor justo de instrumentos financeiros.** Os instrumentos financeiros da Companhia são gerenciados através de estratégias operacionais a fim de obter liquidez, rentabilidade e segurança. A política da Companhia consiste no monitoramento contínuo das taxas acordadas e das taxas disponíveis no mercado e se os investimentos financeiros de curto prazo estão sendo adequadamente marcados a mercado pelas instituições que lidam com os recursos. A determinação dos valores realizáveis estimados dos ativos e passivos financeiros da Companhia depende de informações disponíveis no mercado e de metodologias de avaliação importantes. Contudo, é necessário um julgamento considerável ao interpretar os dados do mercado a fim de obter o valor realizável estimado mais adequado. De acordo com as estimativas da administração, os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, investimentos, contas a receber e outras contas a receber e a pagar estão consistentes com os saldos contábeis. **Hierarquia de instrumentos financeiros.** A técnica de avaliação do fluxo de caixa descontado é utilizada para mensurar os valores justos de ativos e passivos financeiros, cuja premissa é o valor presente dos fluxos de caixa estimado por cotações de mercado futuras. Para ativos e passivos financeiros, quando os saldos contábeis se aproximarem razoavelmente do valor justo, os valores justos não são determinados, de acordo com o CPC 40 (IFRS 7) - Instrumentos Financeiros: Divulgações. Os ativos e passivos financeiros da Companhia são classificados no “Nível 2” da hierarquia de valor justo. Quando comparado com o valor contábil não houve transferência entre os níveis de valor justo em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Para o nível 2, as informações são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, exceto para os preços cotados (não ajustados) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração. **Hedge de fluxo de caixa.** A Companhia procura aplicar a contabilização de operações de *hedge* (*hedge accounting*), a fim de gerir a volatilidade no resultado. Se um *swap* é designado e qualificado como *hedge* de fluxo de caixa, ele é contabilizado como ativo ou passivo, na consolidação do balanço, a valor justo. A parcela efetiva de mudanças no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada como ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer parcela ineficaz de mudança no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. Se o instrumento de *hedge* deixa de cumprir os critérios de contabilização de operações de *hedge*, expira ou é vendido, terminado ou exercido, ou a designação é revogada, o modelo de contabilização de operações de *hedge* (*hedge accounting*) é descontinuado prospectivamente, então o saldo do patrimônio líquido é reclassificado para o resultado. Na designação inicial do derivativo como um instrumento de *hedge*, a Companhia documenta formalmente a relação entre o instrumento de *hedge* e do objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gestão de risco e estratégia na execução da operação de *hedge* e o risco coberto, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a eficácia da relação de *hedge*. A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do contrato, como sobre uma base contínua, analisando se os instrumentos de *hedge* serão altamente eficazes na compensação das mudanças no valor justo ou fluxos de caixa dos respectivos objetos de *hedge* atribuíveis ao ativo coberto, e se os resultados reais de cada cobertura estão dentro do intervalo de 80 - 125 por cento. Segundo esta metodologia, o *swap* foi considerado altamente eficaz para o período findo em 31 de dezembro de 2025. Não houve inefetividade do *hedge* reconhecido no resultado do período findo em 31 de dezembro de 2025. **20.2. Estimativas e julgamentos contábeis críticos.** O valor justo de instrumentos financeiros não negociados em um mercado ativo é determinado usando técnicas de avaliação. A Companhia utiliza seu julgamento para escolher entre os diversos métodos. As premissas são baseadas em condições de mercado prevalentes na data de reporte. A análise do impacto no caso em que os resultados reais diferem da estimativa da administração é apresentada em moeda estrangeira e as análises de sensibilidade de risco da taxa de juros está demonstrada nessa nota explicativa. As estimativas contábeis críticas para provisão para crédito de liquidação duvidosa estão apresentadas na nota 4. **20.3. Categorias de instrumentos financeiros**

	31/12/2025			31/12/2024		
	Custo amorti-zado	Hedge de fluxo de caixa	Total	Custo amorti-zado	Hedge de fluxo de caixa	Total
Ativos financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa (1)	3.2	4.323	21.542	-	25.865	1.909
Contas a receber de clientes	4.3	51.436	-	-	51.436	58.417
Contas a receber de partes relacionadas	21.2	7.552	-	-	7.552	-
Adiantamento a fornecedores	459	-	-	459	585	-
Derivativos	20.6	-	-	-	-	3.148
Outros ativos circulantes	12.054	-	-	12.054	10.899	-
Total do ativo circulante	75.824	21.542	-	97.366	71.810	32.380
Não circulante						
Depósitos judiciais	1.217	-	-	1.217	1.681	-
Mútuo a receber	21.2	14.176	-	14.176	-	-
Total do ativo não circulante	15.393	-	-	15.393	1.681	-
Total dos ativos financeiros	91.217	21.542	-	112.759	73.491	32.380
Passivo financeiro						
Circulante						
Fornecedores	30.972	-	-	30.972	13.304	-
Empréstimos e financiamentos	8.2	126.484	-	-	126.484	73.217
Passivos de arrendamento	8.7	31.804	-	-	31.804	30.364
Contas a pagar de partes relacionadas	21.2	4.312	-	-	4.312	-
Derivativos	20.6	-	-	7.764	7.764	-
Outros passivos circulantes	10.983	-	-	10.983	9.702	-

	31/12/2025			31/12/2024			
	Nota	Custo amorti-zado	Hedge de fluxo de caixa	Total	Custo amorti-zado	Hedge de fluxo de caixa	Total
Ativos financeiros							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa (1)	3.2	4.323	21.542	-	25.865	1.909	32.380
Contas a receber de clientes	4.3	51.436	-	-	51.436	58.417	-
Contas a receber de partes relacionadas	21.2	7.552	-	-	7.552	-	-
Adiantamento a fornecedores	459	-	-	459	585	-	585
Total do passivo circulante	204.555	-	7.764	212.319	126.587	-	-126.587
Não circulante							
Contas a pagar de partes relacionadas	21.2	-	-	-	3.265	-	3.265
Empréstimos e financiamentos	8.2	-	-	-	28.092	-	28.092
Passivos de arrendamento	8.7	293.138	-	-	293.138	284.781	-
Total do passivo não circulante	293.138	-	-	-293.138	316.138	-	-316.138
Total de passivos financeiros	497.693	-	7.764	505.457	442.725	-	-442.725

⁽¹⁾ O valor justo através do resultado na Companhia corresponde a investimentos em renda fixa no valor de R\$21,5 milhões em 31 de dezembro de 2025 (R\$32,4 milhões em 31 de dezembro de 2024). **20.4. Valor justo de empréstimos e financiamentos.** Empréstimos e financiamentos são registrados pelos seus valores contratuais. Para determinar o valor justo desses instrumentos financeiros, a Companhia calcula seus valores presentes pelos fluxos de caixa futuros a uma taxa de juros aplicável a instrumentos de natureza, prazo e riscos similares ou pelos preços de mercado desses instrumentos. A Companhia leva em consideração que para os outros ativos e passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, seus valores contábeis se aproximam de seus valores justos e, por isso, as informações sobre seus valores justos não estão sendo apresentadas.

	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
CCB	99.997	100.038	40.913	40.932
Bradesco - NCE	26.487	26.487	28.092	28.092
Santander	-	-	32.304	32.262
Total	126.484	126.525	101.309	101.286

20.5. Gestão do risco da taxa de juros. Os riscos de taxa de juros decorrem de investimentos financeiros e empréstimos e financiamentos. A maior parte das dívidas da Companhia é denominada em reais e está exposta a taxas variáveis como o Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Os investimentos da Companhia denominados em reais são remunerados por taxas de juros correspondentes à variação diária do CDI para títulos privados emitidos e/ou *bonds* emitidos pelo governo (“*Sello-Over*”). **20.6. Gestão de risco da moeda estrangeira.** Como os fluxos de caixa operacionais da Companhia são parcialmente denominados em dólares, eles estão sujeitos a variações cambiais a partir da aquisição do instrumento e da data de pagamento. A Companhia busca neutralizar o risco de moeda estrangeira dos fluxos de caixa operacionais combinando receitas e despesas em geral para tentar gerar um excedente de caixa operacional na mesma moeda em que o serviço da dívida do negócio é determinado. Os valores contábeis dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira na Companhia na data de fechamento do balanço estão demonstrados abaixo:

	Ativo		Passivo	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
	40.620	42.323	26.487	28.092

Transações em dólares
Instrumentos financeiros derivativos. A Companhia pode ter contratos de derivativos para gerenciar os riscos decorrentes de flutuações nas taxas de câmbio. Todas essas operações são realizadas dentro dos limites definidos pelo Comitê de Risco Financeiro. Geralmente, a Companhia procura aplicar *hedge accounting*, a fim de gerir a volatilidade nos lucros ou prejuízos. A Companhia utiliza *hedge* de fluxo de caixa para limitar sua exposição que pode resultar da variabilidade das taxas de câmbio. Em 6 de novembro de 2024 a Companhia, que tem como moeda funcional o real, celebrou um contrato de *swap* de taxa de câmbio para cobrir a totalidade de uma dívida contratada denominada em dólares com o Banco Itaú Unibanco SA. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da dívida era equivalente a R\$26,5 milhões (31 de dezembro de 2024: R\$28,1 de milhões). O *swap* converte a dívida de dólar para reais e a taxa de juros fixa (6,08% a.a.) em juros de taxa flutuante (CDI + 0,47%) e expira em janeiro de 2026. Os derivativos foram firmados com o próprio banco Banco Itaú Unibanco S.A. como contraparte, cujo *rating* de crédito da Standard & Poor’s foi AAA em 31 de dezembro de 2025. A Companhia é obrigada a pagar à contraparte juros de CDI + 0,47%, de acordo com o programado no contrato, e recebe pagamentos de juros pré-fixados de 6,08% a.a. As receitas líquidas ou pagamentos do *swap* são registrados como resultado financeiro.

	31/12/2025		31/12/2024	
	Despesas	Receitas		
	(7.764)	3.148		
Valor justo	(7.764)	3.148		

Valor justo. O valor justo do *swap* foi estimado com base na curva de rendimento em 31 de dezembro de 2025 e representa o seu valor contábil. Em 31 de dezembro de 2025 o *swap</*

PUBLICIDADE LEGAL

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO DE SÓCIAS
OFICINA CERÂMICA LTDA.
CNPJ nº 90.183.484/0001-44 NIRE nº 43200829977**

Ficam convocadas as sócias da OFICINA CERÂMICA LTDA., na forma do Contrato Social, para se reunirem em Reunião de Sócios a realizar-se no dia 30 de abril de 2026, às 9h00, em formato digital. O link de acesso à reunião poderá ser obtido mediante solicitação enviada ao e-mail: reuniao.oc@gmail.com. A reunião terá a finalidade de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia:
Ordem do Dia:
I – Deliberar sobre a aprovação das contas da administração relativas ao exercício social de 2025 e exercícios anteriores;
II – Deliberar acerca da destinação dos lucros líquidos acumulados até 31/12/2025, nos termos da Lei nº 15.270/2025.

Porto Alegre, 24 de Abril de 2026.

Jornal do Comércio
O jornal de economia e negócios do RS

**PUBLICIDADE LEGAL
TEM DATA E LOCAL CERTO
PARA SER PUBLICADA**

**O 2º Caderno é publicado diariamente
no digital e no impresso.**

Nosso portal oferece um ambiente confiável para a divulgação de atas, avisos, balanços, comunicados aos acionistas, convocações e editais.



Acesse
o QR Code
e anuncie
no JC



// Tradição
// Credibilidade
// Tecnologia

Siga nossas redes sociais:      

Baixe o App:  